



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 13 DE MARÇO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Reis – PT) – Estão abertos nossos trabalhos.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, declaro abertos os trabalhos da 1ª audiência pública que a Comissão realiza no ano de 2013.

Esta reunião é transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditório on line.

Convido, para fazer parte da Mesa, os nobres Vereadores Toninho Vespoli, que faz parte da Comissão de Educação, Esporte e Cultura e Jean Madeira.

Já estão presentes o Secretário de Educação, o Sr. Cesar Callegari e Secretária de Planejamento, Sra. Leda Maria Paulani.

Trataremos, inicialmente, do PL 48/13, do Executivo, que “acrescenta referência nas escalas de padrões de vencimento do quadro do magistério municipal, do quadro de vencimento dos profissionais de Educação”.

Também temos uma carta da OAB/SP, gabinete da Presidência: “Sr. Vereador, recebi com muita honra o convite para participar da audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte a realizar-se no dia 13 de março, na sala Luiz Tenório de Lima, na Câmara de São Paulo. Com meus sinceros agradecimentos e lamentando não poder comparecer a esse importante evento, em razão de compromissos assumidos anteriormente, informo-lhe que indico o Advogado Ricardo Algarve Gregório para me representar. Aproveito a oportunidade para renovar a V.Exa, os protestos de minha consideração e formulo votos de sucesso ao evento”.

Começaremos a audiência com a exposição do Secretário de Educação, Exmo. Sr. Cesar Callegari. Depois, dando continuidade, a Secretária de Planejamento, Exma. Sra. Leda Maria Paulani.

As inscrições, para pronunciamento, estão abertas e se encerrão ao término da exposição do Sr. Secretário Cesar Callegari.

Tem a palavra o Sr. Secretário Cesar Callegari.

O SR. CESAR CALLEGARI – Muito bom dia.

Cumprimento o nobre Vereador Reis e, com ele, os nobres vereadores presentes.

Cumprimento a Secretaria Leda Paulani; os educadores aqui presentes, em particular as lideranças sindicais e as instituições representativas dos trabalhadores da Educação.

Para mim, é uma satisfação estar nesta Casa de leis, de debate, uma Casa democrática. Pela primeira vez, estou aqui presente na condição de Secretário Municipal de Educação. Já tive muitas outras oportunidades de participar das atividades patrocinadas por esta Câmara Municipal e digo que, nesta condição de Secretário, com a responsabilidade que me é investida, de fato, é um momento grande e importante para mim, pessoalmente, e, certamente, para nós que somos integrantes da equipe do Prefeito Fernando Haddad.

O Prefeito Fernando Haddad nos pede, a mim e a Leda, que transmitamos a saudação para os vereadores e educadores aqui presentes.

Rapidamente, gostaria de dizer que assumimos a condição de Governo na área da Educação, com muitos desafios e responsabilidades, mas, também, desafios e responsabilidades que projetam um momento de avanços significativos na área da Educação de São Paulo.

Todos aqui são condecorados, estamos, praticamente, há dois meses na atividade de gestão, mas somos, de alguma maneira, responsáveis pela implementação de um conjunto de compromissos, objetivos e metas que foram amplamente debatidos durante o processo eleitoral que teve curso durante o ano passado; com um programa de Governo que é claro, objetivo e traduzido em objetivos e metas, também, bastante claros que passamos a implementar dentro desse processo de diálogo, de continuidade de programas e projetos de boa qualidade e de revisão de programas e projetos e de implantação, sobretudo, de normas, objetivos e metas estabelecidos no programa de Governo do Prefeito Fernando Haddad.

Não há dúvida de que nossos desafios são grandes. Não são novos, mas são muito

grandes, a começar pelos desafios relacionados à universalização do atendimento da Educação infantil na capital de São Paulo. O programa de Governo indica 150 mil novas vagas. Recebemos, logo ao chegarmos na Secretaria da Educação, uma fila registrada de 97 mil crianças e suas famílias demandando por oportunidades educacionais da Educação infantil. Todos sabemos, hoje, com absoluta clareza o quanto a Educação infantil é um direito que precisa ser realizado pelas crianças brasileiras e quanto isso significa à sua efetiva inclusão na trajetória formativa de um cidadão completo, sobretudo a partir da educação de qualidade desde os primeiros anos de sua vida.

Há um programa grande em andamento. O Prefeito Fernando Haddad constituiu uma comissão especial, composta por membros de várias secretarias, para a localização de terrenos. Já há um processo bastante maduro de entendimentos com o Ministério da Educação, com o objetivo da construção de 172 novas unidades de educação infantil, sobretudo 6 na categoria da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nas creches de nossa cidade, para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos. Estamos avançando bastante nessa direção, na construção de novas unidades.

Considerando as metas estabelecidas no Plano de Governo e o Plano de Obras, que já estava em andamento, temos a perspectiva de implementação de um plano de obras, na área da educação infantil, sem precedentes na história da Cidade, com cerca de 242 novas unidades. Entretanto, unidades essas que serão insuficientes para cobrir e atender a esse demanda robusta que existe na Cidade e, portanto, haveremos de ter a necessidade, ainda por mais tempo, de continuar com processos de parcerias com instituições também ligadas à área da educação, mas instituições não públicas. Enfim, avançar fortemente na área da educação infantil, não apenas em termos de atendimento quantitativo, mas avançar, também, na melhoria da qualidade da educação infantil prestada pelas CEIs e EMEIs e as entidades conveniadas.

Outro programa que nos ocupa, hoje, com absoluto empenho, é exatamente a melhoria das condições da qualidade do ensino fundamental. Sabemos, não apenas do

enorme potencial representado pelas escolas de ensino fundamental da Prefeitura de São Paulo, mas, também, da efetividade. Há muitas escolas de boa qualidade, profissionais da melhor qualidade – muitos dos quais conheço pessoalmente, escolas, métodos, programas, quer dizer, há um acúmulo muito grande. Entretanto, recebemos o grande desafio de, junto com o magistério, educadores, famílias de nossos alunos e alunos avançarmos na questão relacionada à qualidade.

É estranho que o Município de São Paulo, com cerca de seus 917 mil estudantes – sobretudo os estudantes, agora, a que me refiro, são do ensino fundamental, as escolas do ensino fundamental da Capital estejam, em termos das avaliações nacionais – sobretudo Ideb, classificadas em um patamar que não corresponde ao potencial que, de fato, está instalado e da efetividade que existe em nossa rede, principalmente no que diz respeito à qualidade de muitos de seus educadores, sistemas, recursos. Enfim, precisamos avançar bastante na questão da qualidade e vamos fazer isso.

Todos sabemos que o avanço na qualidade da Educação depende diretamente do avanço da qualidade, mediante a qual se exerce a atividade educacional pelos educadores, seja pelo magistério, seja pelos demais trabalhadores da área da Educação. Dentro das propostas de Governo, o momento alto, o lugar de destaque estão todas as propostas, estão todos os compromissos em torno da valorização do magistério e dos demais trabalhadores da Educação.

São muitas as atividades, mas gostaria de destacar algumas que já estão em andamentos, entre elas a implantação dos 31 polos da universidade aberta no Brasil. Quer dizer, o Governo está decidido a empenhar todos seus recursos – e recursos de parceiros, inclusive do Governo Federal e de outros, Governo Estadual e instituições – para proporcionar aos educadores de São Paulo todas as melhores condições relacionadas à sua formação inicial e continuada.

A implantação dos 31 polos da universidade aberta no Brasil, a maior parte dela

será implantada nos próprios CEUs que terão, a partir de agora e boa parte deles, mais uma função, a de serem, também, centros de formação de recursos humanos para a área da Educação e que, portanto, são atividades em que estamos, já, caminhando em passos acelerados.

Com esse processo, pretendemos concretamente avançar naquilo que é uma expectativa de um sistema continuada e adequado de formação e melhoria das condições profissionais dos educadores de nossa rede.

Digo tudo isso porque não se trata de ficar, aqui, esmiuçando - até porque não temos tempo para isso – todos os pontos do Programa Educacional de Governo que estamos empenhados em realizar. Mas digo isso para reafirmar um ponto importante que nos ocupa, hoje, nesta audiência pública, que nenhum desses programas, desses projetos e desses compromissos serão alcançados sem a devida valorização dos educadores. Nossa compromisso não é só compromisso agora como gestores. É compromisso de vida. Essa é uma verdade, uma sabedoria construída em anos, anos e anos de luta, ao lado dos educadores brasileiros. E assim vamos fazer. Não se pode colocar em dúvida essa questão.

Concretamente, na questão que nos ocupa aqui, em relação ao PL 48, gostaria apenas de reafirmar, coisa que a Leda também vai detalhar daqui para frente, que se tratou de uma iniciativa de restaurar parte do Projeto de Lei 310, que tramitou durante o ano passado nesta mesma Câmara Municipal. Esse foi o compromisso que recebemos, inclusive em diálogo no processo de transição que se estabeleceu a partir do final do ano passado. Tivemos conhecimento, exatamente, daquilo que havia sido pactuado e que gerou a iniciativa do Poder Executivo de trazer a esta Câmara a consideração dos elementos do PL 310. E quando, no que diz respeito às duas referências que foram propostas para a finalização da carreira do magistério municipal, isso, na realidade, eram questões que já estavam embutidas no PL 310 e que nós, não tendo sido possível sancioná-la porque ela foi bastante modificada em relação do projeto original, tratou-se, imediatamente, dos vetos que foram necessários para que

pudéssemos, imediatamente, apresentar à Câmara Municipal a restauração daquelas duas referências necessárias à valorização efetiva da carreira dos educadores.

A primeira referência adicional a ser consignada aos 25 anos de carreira do magistério e uma segunda referência, guardando, inclusive, a relação de interstício de cada um dos pontos da carreira, desde o começo e com uma certa regularidade, aos 28 anos. Como entendemos que esse é um ponto importante e que veio sendo negociado e apresentado inúmeras vezes pelas instituições sindicais – quase todas elas aqui hoje, nesta audiência pública – e que foram recepcionadas no PL 310 e que pretendemos restaurar na condição em que ela se apresentou, com o mesmo texto, da mesma forma e nas mesmas condições.

Termino esses dez minutos, que me foram apresentados, dizendo que o Governo Municipal tem um compromisso absoluto com a construção democrática em todas as áreas, mas, em especial, na área de Educação. Não se faz Educação e a maneira como nós entendemos de construir uma Educação de qualidade para todos, se faz através do diálogo com todos os segmentos da sociedade, a começar com os educadores.

Então, esse compromisso não é um compromisso apenas deste Governo, mas é um compromisso da história de cada um daqueles que compõem o Governo, sejam as pessoas que atuam no Poder Executivo, seja da base de apoio aqui representada na Câmara Municipal.

Então, essa é a nossa história. Trata-se da primeira oportunidade de um diálogo dessa dimensão. Sabemos que, durante esses próximos anos, haveremos muito de conversar, aprender, encaminhar reivindicações e necessidades que venham dos setores representativos da área da Educação, e faremos isso com absoluta tranquilidade, dentro de um diálogo, dentro da necessária humildade de que não somos donos da verdade, mas temos compromisso com a Educação.

E a partir dos compromissos com os objetivos de metas educacionais para a cidade de São Paulo, o que temos, também, é outro compromisso. Nada vai nos desviar.

Volto a agradecer esta oportunidade e coloco-me à disposição do debate que vai se

seguir.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Antes de a Secretaria Leda fazer sua exposição, quero apresentar a Comissão de Educação, Esporte e Cultura: Vereador Floriano Pesaro, que está aqui presente, é o Vice-Presidente da Comissão; os componentes, os Vereadores Jean Madeira, Toninho Vespoli, Orlando Silva, que convido para fazer parte da Mesa, e Edir Sales, que nos informou que está a caminho.

Registro a presença dos nobres Vereadores Gilberto Natalini, Police Neto, Arselino Tatto, Alfredinho, Vavá, Laércio Benko e Mário Covas Neto.

Limitamos o horário desta audiência pública às 12h30.

Tem a palavra a Secretária Leda Maria Paulani.

A SRA. LEDA MARIA PAULANI – Bom dia a todos. Gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Vereador Reis, Presidente da Comissão de Educação da Câmara e, em seu nome, cumprimentar todos os Srs. Vereadores, as entidades sindicais e todos os presentes.

O Secretário Cesar Callegari já nos deu uma visão geral do que seria a missão da área da Educação dentro da gestão recém-começada do Prefeito Fernando Haddad. O projeto de lei que nos traz aqui hoje faz parte dessa missão.

Antes de falar disso propriamente, gostaria também de fazer uma pequena digressão sobre a questão orçamentária do Município. Sou Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão. À minha Pasta cabe a gestão de pessoas, portanto, a gestão da folha e toda a relação com as entidades sindicais numa perspectiva de muita participação. Vamos reabrir efetivamente o Sistema de Negociação Permanente – Sinp. Pretendemos fazer isso até o final do mês e, inaugurado a mesa central, dando um passo para estruturar as mesas setoriais, onde várias questões, inclusive as que o Secretário Cesar Callegari se referiu poderão ser debatidas e discutidas com as entidades sindicais representativas dos servidores da Educação.

As questões mais gerais que gostaria de comentar sobre o Orçamento dizem respeito à dificuldade orçamentária deste ano. O Orçamento foi aprovado com 42 bilhões de despesas, porque se previu uma receita de 42 bilhões. A realidade efetiva não é bem essa. Não há perspectiva de se obter esses 42 bilhões, todos torcem para isso. Queremos que a arrecadação dos tributos nos surpreenda. Queremos que os recursos que obtivermos em parcerias superem muito as nossas expectativas, mas a realidade cautelosa, com a qual temos de trabalhar hoje, é diferente dessa. Há um volume de receitas previsto, porém de difícil realização e seria muito irresponsável de nossa parte, particularmente da Secretaria do Planejamento, que tem de trabalhar com o Orçamento, se a gente não começasse o ano com um forte contingenciamento de despesas para não colocar, dada a Lei da Responsabilidade Fiscal, o Executivo em risco, particularmente o Prefeito Fernando Haddad.

Essas considerações são gerais, dizem respeito a todas as áreas da Prefeitura. A área da Educação é muito particular porque tem recursos próprios, mas também aí temos problemas. Hoje, segundo informações do próprio Secretário, a folha de salários da Educação já mais do que supera os recursos existentes no Fundeb, que é uma situação por um lado boa, estamos gastando dinheiro com professor para ensinar, é o que importa, mas também aponta para uma dificuldade. Por outro lado, há o fato de que a despesa com pessoal como um todo foi orçada menor no projeto de lei do Orçamento. A Lei Orçamentária, então, prevê um recurso para pessoal menor do que efetivamente vamos gastar. Além disso, a própria receita do Fundeb foi orçada maior. Então, tudo isso causa uma série de problemas, de transtornos, para a gente conseguir, ao mesmo tempo realizar o programa previsto para a área de Educação que está no programa de Governo do Prefeito com o qual ele se comprometeu, mas ao mesmo tempo equacionar essa questão orçamentária. Hoje não é apenas uma questão de decisão política, principalmente no nível do poder municipal. Temos graus de liberdade muito reduzidos. Hoje, é uma questão fundamentalmente de Lei da Responsabilidade Fiscal, que temos de respeitar, sob pena de incorrer em situações não desejadas para o Executivo e

particularmente para o Prefeito.

Com relação ao PL propriamente dito, o Secretário Cesar já antecipou basicamente qual foi a nossa intenção ao enviar esse projeto para a Câmara. Sabemos que algumas entidades ficaram um pouco chateadas dizendo que não houve discussão, etc. Enfim, por que fizemos dessa forma? Fizemos isso em cumplicidade, em acordo, o Cesar, eu e o restante do Governo, porque a ideia era de que o compromisso do Prefeito em sua campanha em relação aos acordos firmados seria respeitado. Existia já um consenso - consenso talvez seja uma palavra muito forte - uma concordância de que seria saudável a colocação dessas duas referências a mais na carreira dos professores. Qual foi a motivação inicial desse projeto? Foi o fato de que, dadas as novas regras da lei previdenciária, muitas professoras e professores atingiam o seu tempo de aposentadoria, 25 anos para mulheres e 30 anos para os homens, mas não atingiam a idade limite para se aposentar, que é de 50 anos para as mulheres e 55 para os homens. Ora, com isso eles são obrigados a continuar mais do que esse tempo dando aulas. Então, julgou-se oportuno criar duas referências adicionais para que, durante esse tempo em que são obrigados a ficar na Prefeitura dando aulas, tivessem um incentivo para progredir, melhorar, se qualificar mais e contra apresentação de títulos e de cursos eles conseguirem uma qualificação melhor e duas referências adicionais de salários. Com isso, não retiramos nenhum direito que já existisse anteriormente. Continua havendo o mesmo direito de se aposentar aos 25 anos para as mulheres e aos 30 anos para os homens, mas aqueles que não puderem se aposentar com esse tempo por conta da barreira da idade, terão uma oportunidade adicional de melhorar o seu salário e de se qualificar mais. Julgamos essa iniciativa interessante e importante. Os professores precisam ter estímulo e condição institucional de se aprimorar. A existência desse *gap* entre a idade em que eles atingem o tempo no Magistério e a trava da idade era um desestímulo.

Essa foi a intenção original do projeto. Houve uma série de mudanças que o Substitutivo propôs que não puderam ser sancionadas pelo Executivo. Então, a gente quis,

junto com a sanção parcial do PL 310, em paralelo, enviar esse projeto à Câmara resgatando a questão das duas referências. Isso foi comunicado aos sindicatos. Não houve realmente tempo para uma discussão e a ideia era de que tínhamos de fazer valer o que já estava na pauta, ou seja, a existência dessas duas referências que vão elevar os salários dos professores que tiverem de continuar dando aula. Então, esse direito a gente quis que permanecesse e se a gente simplesmente fizesse o veto parcial, esse direito teria sido retirado. Então, o envio do PL 48 se dá justamente nessa direção, de resgatar algo que já estava na pauta e que julgamos importante que os professores passem a ter.

É isso que poderia falar inicialmente e penso que podemos abrir para o debate.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Agradeço a exposição da Secretária Leda e do Secretário César. Em conversa com a Comissão, pactuamos ouvir primeiro a sociedade civil e depois ouviremos os membros da Comissão e os demais Vereadores presentes.

Tem a palavra o Sr. Claudio Fonseca, Presidente do Sinpeem.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sr. Presidente Reis, Vereador Presidente da Comissão de Educação, em nome de quem cumprimento todos os integrantes da Comissão. Cumprimento o Secretário César Callegari, a Secretária Leda Paulini e todos os presentes.

É de conhecimento de todos os Srs. Vereadores e do Executivo também que o PL 310 foi aprovado na Câmara Municipal de São Paulo com o apoio de todas as bancadas parlamentares naquele momento nesta Casa. O PL foi aprovado na forma do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça que alterou o projeto de lei encaminhado pelo Executivo municipal.

Quando chega a Câmara Municipal de São Paulo um projeto de autoria do Executivo é um momento particular, ímpar, em que os Vereadores também podem apresentar propostas que estariam impedidos por vício de iniciativa. Até podem apresentar, mas é considerado pela Comissão de Constituição e Justiça, um vício de iniciativa e, por essa razão,

recebe parecer de ilegalidade.

Já havíamos debatido algumas matérias que foram incluídas no PL 310, de autoria quando era Vereador, mas também de outros Vereadores da própria bancada do PT. Por exemplo, a transformação do agente escolar em auxiliar técnico de educação foi apresentado pela ex-Vereadora Claudete, posteriormente, apresentado pelo Vereador Donato. Tenho a cópia do PL e eu também apresentei o projeto com essa transformação do agente escolar em auxiliar técnico de educação.

A questão dos aposentados, princípio da isonomia. Se vamos fazer uma reorganização da tabela de vencimentos de tal sorte que terá mais referências do que tinha até o presente momento, eu não posso chamar a acomodação dos aposentados nas novas referências de evolução funcional.

Por essa razão, tomou-se o cuidado na Comissão de Constituição e Justiça de incluir os aposentados em duas referências superiores para não haver um descompasso. Como sempre digo, quem não morre cedo se aposenta na carreira. Ninguém vai gostar de ter um tratamento não isonômico.

Tem impacto financeiro? É verdade, mas não só eu me ocupei dessa preocupação da isonomia, mas também Vereadores das várias bancadas da Câmara Municipal de São Paulo que incluíram no substitutivo e votaram em plenário.

Votou-se em plenário, não como medida de retaliação a quem quer que seja, mas até em contestação a uma afirmação que V.Exa. fez, que restabeleceu o projeto, enviando o PL 48 para resgatar algo que foi pactado. O PL 310, do Executivo, e aqui falo a vontade porque todos sabem a minha condição de partido que integrava a base de sustentação do Governo, e digo claramente, aquele projeto não foi pactado por nenhuma entidade sindical e não foi pactada com nenhuma bancada ao ser encaminhado para esta Casa. Tanto não foi que foram apresentados substitutivo e seis emendas, uma delas do atual Secretário Eliseu Gabriel, que era uma emenda igual a minha. Eu a retirei para que pudéssemos votar o projeto com voto

deles já que o pedido era igual.

Essa emenda tratava exatamente dos 24 anos para a terminalidade da evolução funcional. Respeito muito a Leda e digo: não é correto você ampliar para 28 anos o tempo necessário na carreira para que você tenha enquadramento por evolução funcional.

A Constituição dispõe que a aposentadoria do magistério dar-se-á com 25 anos e, no mínimo, 50 anos de idade. Eu posso ter uma pessoa que começou aos 25 anos e ela vai fechar sua carreira aos 50 e não terá a oportunidade de chegar nas duas últimas referências.

Penso que poderíamos dialogar e até achei que, depois do voto, teríamos de fato a oportunidade de conversar, já que se manifestou a intenção de ajustar determinadas carreiras: o agente escolar, o agente de apoio, o aposentado. Os artigos que foram vetados, a tabela com a terminalidade aos 24 anos que não concordamos, estamos dispostos...

A minha intenção não é ter uma atitude intransigente ao Governo, mas de defender aquilo que é bom para a educação e para os profissionais de ensino.

O Sr. Secretário me conhece e sabe que isso sempre pautou a minha vida como militante sindical e como parlamentar que fui nesta Casa.

Agradeço a oportunidade e espero que os outros que falarão possam complementar com mais propriedade, solicitando a derrubada do voto e a alteração desse projeto para a inclusão das emendas que foram vetadas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Anuncio a presença dos Vereadores Tripoli e Ricardo Young e da Vereadora Marta Costa.

Tem a palavra o Sr. João Alberto Rodrigues de Souza, do Sinesp.

O SR. JOÃO ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA – Bom dia aos presentes. Saúdo a Comissão de Educação, os Secretários presentes. Congratulações pela iniciativa. Boas-vindas às entidades que não estiveram conosco no ano passado e agora estão.

No ano passado eu comecei a falar pelos aposentados e pensionistas e neste ano

vou começar pelas mulheres.

Estamos no mês da mulher. Evolução funcional é um mecanismo que foi criado para todos os trabalhadores e não para alguns. O objetivo é permitir a chegada ao final da carreira para todos os trabalhadores da educação e não só alguns. Por isso não dá para aceitar que as mulheres sejam penalizadas tendo de trabalhar três anos além do que a Constituição determina para sua aposentadoria para conseguir chegar ao final da carreira. Isso é discriminatório e inaceitável.

O homem tem de trabalhar 30 anos e todos os homens vão passar tranquilamente pelos 28 anos, mas se algumas mulheres quiserem chegar ao final da carreira, serão obrigadas a abdicar do seu direito de aposentadoria e continuar trabalhando. É tão absurdo o que se propõe que a Prefeitura vai pagar durante três anos abono de permanência de 11% ao mês a essas pessoas. Então, falar em orçamento criando uma despesa é realmente complicado.

Falar em redução de Fundeb. O Fundeb historicamente, nesta Cidade, sequer foi suficiente para pagar a folha de pagamento. Historicamente, só a folha de pagamento da educação sempre foi maior do que as verbas do Fundeb.

Então, o orçamento da educação não depende unicamente de verba de Fundeb para conceder benefício aos trabalhadores.

Quanto aos aposentados e pensionistas, o Secretário falou em compromisso com todos. Queremos compromisso com todas as mulheres e com todos os aposentados e pensionistas. (Palmas)

Não dá para aceitar a exclusão de aposentados e pensionistas dessa evolução funcional.

A situação já se repetiu várias vezes no Município. Tivemos alteração na carreira nos Governos Erundina, Maluf, Kassab. Todas as vezes, embora nem sempre concordássemos, houve mecanismos de enquadramento de aposentados e pensionistas. É a primeira vez que se faz alteração na carreira excluindo-os de qualquer enquadramento.

(Palmas)

É absolutamente inaceitável que se quebre uma tradição histórica de respeito àqueles que trabalharam a vida inteira, que conseguiram paridade, que religiosamente atingiram todos os requisitos para chegar ao final da carreira e ter a garantia de continuar do mesmo jeito que os ativos, com as mesmas situações salariais.

Então, a gente pede esse compromisso do Secretário e desta Casa com os aposentados, pensionistas e com as mulheres, que, de acordo com o trabalho das entidades realizado aqui no ano passado, o PL 310 já foi alterado. (Palmas)

Não queremos retomar o PL 310, nem recuperá-lo. Queremos aquilo que foi aprovado por esta Casa, que seja respeitado, que já foi apoiado por todas as bancadas, especialmente pelas Vereadoras Edir Sales e Sandra Tadeu e todas as mulheres que perceberam a injustiça que estava sendo cometida com as mulheres e com os aposentados e pensionistas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado.

Anuncio a presença dos Vereadores Paulo Fiorilo e Ricardo Nunes.

Tem a palavra a Sra. Margarida Prado Genofre, da Aprofem.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Sr. Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, demais Vereadores presentes, querido Secretário. Posso chama-lo de querido sim porque o queremos muito bem, o respeitamos muitíssimo pela sua brilhante carreira, ficamos muito felizes com a sua indicação para este cargo, sabemos que é um nome respeitado nacional e internacionalmente.

Dra. Leda Paulani, também, competentíssima, à frente da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, a quem cumprimento respeitosamente.

A todos os colegas sindicalistas presentes, aos que estão no plenário e aos telespectadores dirijo o meu bom dia.

Os que me antecederam, nesta fala, em nome das entidades, já disseram muito daquilo que eu tenho para dizer. É evidente. Nós já tivemos um acúmulo de discussões, debates e embates nesta Casa, no ano passado, que culminaram com o aperfeiçoamento de uma proposta que, como também já foi dito, não foi negociada com as entidades.

No dia 26 de fevereiro, para o envio desse novo PL, tivemos uma reunião sim muito proveitosa, mas foi de comunicação que a Dra. Leda disse que não gostaria que nós tomássemos ciência dos vetos e da iniciativa de mandar um novo PL à Câmara apenas pelo Diário Oficial. É bom, importante e salutar o diálogo.

Mas o PL voltou na sua forma original, descaracterizou todo trabalho anterior.

Quais são os maiores problemas desse PL 48? Vou repetir, porque não há como não repetir. É a omissão para os aposentados e pensionistas que têm direito constitucional à paridade. Isso é uma forma de, por lei municipal, burlar a própria Constituição. Não dá para ser assim.

Temos de buscar formas de arranjar os recursos, porque a educação no município felizmente tem bastante recurso sim, é uma questão de organização dessas despesas, inclusive, de todo o financiamento da educação, eu creio que dá sim para conversarmos e colocarmos o aposentado e o pensionista dentro do seu direito constitucional à paridade.

Com relação a esta argumentação de que ninguém vai querer ficar esperando pela aposentadoria na última referência, alcançar a última referência antes dos 28 anos é triste, creio que não. Ninguém ficaria triste de levar a última referência e estar aguardando a aposentadoria sim. Por que não? Em vez de ficar com duas referências a menos, aguardando, fazendo mais tempo do que o previsto também pela Constituição para poder se aposentar. É uma discriminação contra as mulheres.

Para finalizar, mencionar que já enviamos ofício a todos os vereadores desta Casa, colocando a nossa posição e que queremos também ver discutidas as demais questões e vetos que foram apostos ao PL, que tratam do agente de apoio, do agente escolar e do auxiliar

técnico de educação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Maria Benedita, a Benê, do Sinesp.

A SRA. MARIA BENEDITA – Bom dia a todos os Vereadores presentes, secretários da Educação e de Planejamento, sindicalistas, colegas. Estamos aqui mais uma vez, uma Casa que tem até agora se pautado pela defesa dos educadores.

Quem vê o ensino municipal hoje pensa que está tudo pronto, já começou assim. Tem uma história por traz disso. História de lutas, conquistas e chegou a uma carreira estruturada como que a temos hoje. Carreira invejada em todo território nacional. Não existe uma carreira como a nossa.

Dos vetos ao PL 310, vou me ater à questão dos aposentados. Temos um departamento jurídico muito forte no Sinesp, mandamos para examinarem os vetos e concluíram que os acórdãos citados, como impedimento para os aposentados, nenhum se aplica ao nosso caso.

Os acórdãos que constam dos vetos se referem ao aposentado que está no último grau da carreira querendo usufruir o benefício do último grau da carreira do pessoal da ativa. Refere-se a isso. Não ao nosso caso.

Nosso caso em tela é a atribuição das duas referências, baseada em algo muito simples, num capital existente. O capital tempo é algo objetivo. O aposentado tem o tempo, já cumpriu o tempo. Não é algo que depende ainda que ele adquira, não é título como a D. Leda se referiu na reunião que fez com os nossos sindicatos. Não é isso. Estamos tratando de tempo. O aposentado tem o tempo? Então ele tem de ser conduzido.

Lamentavelmente as razões do veto com relação ao aposentado expressas pelo Governo Municipal não são verdadeiras. Não se aplicam a esse caso.

Estamos aqui exigindo sim a extensão aos aposentados, temos uma carreira

construída e não é agora, um governo que iniciou com muitos propósitos, que venha levar a pecha para sempre de ter vindo para o Município de São Paulo destruir a carreira do magistério. Não é possível, não podemos concordar com algo desse tipo. Não podemos.

Todos nós falamos aqui em nome de uma comunidade educacional, em nome, não só dos profissionais de educação, mas das famílias que confiam na gente e esperam uma boa educação no Município de São Paulo, precisamos ter tranquilidade para implementar todos os projetos que o Calegari acabou de falar.

Somos defensores de uma educação de qualidade? Somos. Mas queremos respeito, dignidade e, acima de tudo, obediência à Lei, o Poder Judiciário está com o aposentado. Tempo é critério objetivo, não pode ser desprezado e desconsiderado.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Benê.

Tem a palavra a Sra. Aparecida Teixeira.

A SRA. APARECIDA TEIXEIRA – Srs. Secretários, Vereadores, companheiros de sindicato, demais presentes, é com indignação que começo. Indignação porque o resgate feito não foi pelo substitutivo ao PL 310, mas no texto original do referido projeto, que é prejudicial e que todos os vereadores votaram a favor daquilo que os sindicalistas apontaram, daquilo que os educadores nesta Casa fizeram as suas intervenções a articulações. Esse resgate é um desrespeito à própria Câmara.

Em segundo lugar, quero falar da carreira do magistério que foi reconhecida recentemente em pesquisa da CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Educação, como a melhor do País, porque, além de ter uma estrutura forte de carreira, promove para esses profissionais de educação a questão do aprimoramento social e econômico para aposentados e pensionistas.

Permitir esse racha na paridade é impossível para nós sindicalistas, mesmo porque isso não se sustenta juridicamente. A matemática perversa leva à discriminação.

Se o homem precisa de 30 anos de magistério e 55 anos de idade para se aposentar no PL 48 e por meio das regras previdenciárias, pode ter essa inclusão aos 28 anos, ou seja, dois anos antes da aposentadoria especial para ele e sete anos antes da idade. Por que para nós mulheres é diferente? (Palmas)

Para a mulher é exigido três anos mais além da aposentadoria especial e apenas dois antes dos 30 anos de contribuição ao sistema previdenciário.

É óbvio tratar-se de enxugamento econômico para todas as mulheres, porque somos maioria no magistério e precisamos (Palmas) ser respeitadas.

Aposentado não é aquele que fica viajando por aí, com dinheiro que recebe da aposentadoria. As pesquisas apontam que ele é arrimo de família, continua ajudando seus filhos, sustenta netos em várias escolas.

Aposentado merece respeito, pensionista também. Não vamos aceitar a quebra da paridade.

Agora, a gente espera que um governo onde o Prefeito foi Ministro da Educação e temos à frente da Secretaria da Educação um nome forte, que é o Cesar Calegari, a gente espera que isso seja revisto, porque a nossa proposta para um substitutivo já está pronta. Queremos o compromisso desta Casa em votar novamente, com toda a bancada sindical, com todos os educadores de São Paulo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Sra. Aparecida.

Anuncio a presença dos Vereadores Wadih Mutran e Ota, membro da Comissão de Educação, Esporte e Cultura.

Tem a palavra o Sr. Sérgio Antiqueira, do Sindsep.

O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA – Bom dia a todos, mesa, Srs. Vereadores, Secretários, Secretaria, a questão de exclusão dos aposentados a gente esperava romper com uma prática que vinha acontecendo nos últimos anos. Toda a legislação que envolve dinheiro

exclui aposentado, ou tenta excluir. A gente espera romper com isso, pelos motivos expostos por aqueles que já me antecederam.

Com relação às mulheres, é muito preocupante, porque se há no magistério uma redução de cinco anos, é pela penosidade do serviço no magistério. Se para a mulher é reduzido ainda mais, tem de ser respeitada a dupla jornada de trabalho da mulher, não só como movimento feminista, mas todos os movimentos sociais respeitam isso, esperamos um governo que respeite os movimentos sociais e as suas bandeiras.

Temos números da Prefeitura de São Paulo, publicados por Sempla, em outubro, que nos preocupa ainda mais quando se cria um mecanismo de pagar para que a pessoa possa até adoecer, ficar três anos a mais do que ela precisaria para poder se aposentar.

De 2009 a 2011, a Prefeitura de São Paulo aumentou o número de licenças médicas em 15%, a SME 27%, professores 24%. Em termos de índice criado por Sempla que seria o número de licenças para cada 100 servidores, nesse caso a CGM é a campeã, com 125 licenças médicas, a segunda é a SME com 101 e os professores 108. A Secretaria de Saúde vem em terceiro, com 57. Para a gente perceber que existe esta penosidade e os dados de Sempla já apontam para isso.

Como que a gente vai criar um mecanismo para se aposentar em situação melhor a mulher tenha de trabalhar ainda mais três anos. Creio que esta questão tem de ser discutida aqui.

Com relação à questão de orçamento, dados do Fundeb do senso escolar, desde 98 até 2011, entre 98 até 2004 a rede municipal vinha crescendo, pois o número de matriculados é o que vai determinar a verba do Fundeb. De 2005 para 2011, reduziram 268 mil alunos na rede, incluindo as conveniadas que foram as únicas que cresceram.

Houve transferência do dinheiro público para terceirização, como chamamos para os convênios, mas mesmo assim houve redução de 268 mil alunos. Creio que este é o ponto que devemos colocar em discussão aqui.

Se entendermos que o 310 foi negociado e votado tanto pela base que fazia oposição e que hoje está no governo num mandato continuado, se não houve tempo para discutir o veto, há tempo sim para discutir o PL 48 e é para isso que a gente está aqui, por isso tem uma audiência pública.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Teresinha Chiappim, do SINPEEM.

A SRA. TERESINHA CHIAPPIM – Bom dia a todos, na figura do presidente cumprimento todos da Comissão, Secretário Calegari a quem estimo muito, gostaria de dizer o que é uma continuidade de todas as falas para continuarmos a aprumar as questões.

Dos vetos que ocorreram, alguns não dá para entender, principalmente quando se fala de formação. Porque o veto da formação do quadro de apoio, da formação do especialista. Uma das questões tão faladas é a formação. Foi vetado isso.

Por que o veto da transformação do agente de apoio, que são 300 e poucos que estão em sofrimento, que não fazem parte da educação, não virem para a educação?

Por que o veto ao quadro de apoio está vindo para ser transformado em ATE?

São questões que não ficam nem pela legalidade, nem pelo orçamento, principalmente a formação.

E também com relação às referências.

O que foi vetado não justifica o PL 48 que veio. Porque a questão da penalidade às mulheres é muito relevante. A mulher vai ter de trabalhar muito mais tempo do que o homem para chegar ao seu final de carreira, inclusive na idade.

Se a mulher chegar aos 25 anos de trabalho com 50 anos de idade terá de trabalhar mais tempo ainda para conseguir chegar a sua aposentadoria.

Agora, pensando em orçamento, se a pessoa chegar aos 25 anos de trabalho, com 50 anos de idade, portanto pode requerer a sua aposentadoria e não aguardar pelas duas

últimas referências.

Racionalmente, quem fará isso? O que vai ocorrer? As pessoas irão pedir, se é o abono de permanência, vão receber seus 11% Vão aguardar para ter as duas referências a mais, ainda mais um quinquênio. Isso no topo da carreira. Não é mais interessante facilitar que essas pessoas aposentem na idade, a mulher aos 50 e o homem aos 55, dentro dos 25 anos de trabalho que é o limite da aposentadoria e o homem aos 30 de trabalho, sem se elevar mais esse tempo, isso que vai onerar realmente a Prefeitura do Município de São Paulo, só fazer as contas e dando com isso a entrada de pessoas na categoria com salário de inicio de carreira. Coloca no orçamento e verá. Não é uma questão de orçamento a questão das referencias da forma como está colocado no PL. estamos solicitando que retire o PL 48, vamos negociar, vamos para a mesa de negociação e também solicitamos o veto que veio aqui com relação a sansão do prefeito com todos os artigos que foram vedados. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a palavra o Sr. Laerte Brasil Santos de Oliveira, da Uniglobal Sindical.

O SR. LAERTE BRASIL SANTOS DE OLIVEIRA – Sou Presidente do Sindicato Interestadual dos Técnicos, Treinadores das Instituições Públicas e Privadas de Ensino e Prática de Futebol Desportos e também da Uniglobal Sindical Cidades e Nações. Primeiramente, em nome do Presidente da Comissão, nobre Vereador Reis, saúdo todos os presentes, e em nome da Prof. Leda, saúdo todas as mulheres presentes.

Não vou me ater ao tempo, defendemos o tempo, seja 50, 25 anos aposentadoria para mulheres, porque acredito que para mexer aqui na Lei no Município, tem de mexer na Constituição. Tempo de vida do cidadão no País, aumentou para 70. 80.e 90 anos. Acredito que para ter uma mudança aqui tem de mudar a Constituição Federal. Mas vou me ater durante seis anos, vamos dizer, correndo aqui do Gilberto Kassab, o Prefeito junto com seus compassas, desviaram quase 12 bilhões e 650 mil reias aqui, da Educação. Assim sucateando a Educação, colocando, vamos dizer colocando alunos e pais contra professores e

transformando as portas das escolas em verdadeiros comercio de venda de drogas. Essa Câmara deixou passar, ao convidou o Secretário de Educação no final do mandato para prestar contas e nos demais secretários, que o rombo, na conta do ex-prefeito, chega a 10 bilhões e 650 milhões de reais roubados do povo paulistano. Essa Casa deixou todos escaparem e tai, mas vamos enquadrar o Prefeito, vamos entrar no Ministério Público Federal, no Supremo, para ver se essa Casa os Secretários para prestar contas aqui nesta Casa. Vamos defender aqui um ensino de qualidade para a cidade, ensino que é desenvolvido, o Prefeito Haddad está com 60 dias. O Professor hoje usa quadro negro e giz, em século 21, com um sistema tecnologia de informação avançada. Defendemos sim, um computador para cada aluno nas escolas municipais nas melhores condições de trabalho e salário para os profissionais de educação física. Avaliando a pesquisa, uma professora do ensino normal e fundamental na França, ganha 30 vezes mais que os professores da rede municipal da Cidade de São Paulo. Era o que tinha para contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a palavra o Sr. Adelson Cavalcante.

O SR. ADELSON CAVALCANTE – Bom dia a todos. Não era necessário estarmos aqui. Se realmente fôssemos responsáveis por aquilo que é negociado, por aquilo que é encaminhado não deveríamos estar aqui mais. Porque o veto? Não fica pronto para mim, não cabe o veto em tudo aquilo que foi negociado pelos Vereadores, alguns que aqui pertencem a Casa, outros que saíram mais continuam trabalhando na Educação. Não dá para admitir esses vetos. Portanto, me associo a todos os colegas anteriores a mim que falaram sobre os aposentados para economia de tempo, sobre o quadro de apoio, sobre os vigias, sobre os ATES, que repensamos essa situação. É no aumento, que sã consciênci, nos leve a pensar no bem do trabalhador da educação no Município de São Paulo. Conclamo a vocês a associar-se a nós e verificar que filho de vocês também são do nosso trabalho, do nosso convívio, estão sofrendo com essa situação. Não é legal para nós todos, enquanto trabalhadores da educação que somos vê, esse vi ontem, estava lá buscando os nossos votos, todos eles, e hoje virarem

às costas para nós. Queremosvê-los de frente, queremosvê-los na nossa luta, queremosvê-los tratando e muito bem os educadores e a população de São Paulo como um todo. Com relação a fala do Cesar Callegari – desculpa chamá-lo de Cesar, nos conhecemos a muito tempo – colocou um ponto importante. Vocês estão construindo escolas. Parece que estão esquecendo também que faltam cargos para serem incluídos e empossar professores para a Educação infantil. Portanto, de frente para nós e atendendo a população de São Paulo, também, acreditamos que alguém venha aqui e na quebra dos vetos, no projeto 48, crie cargos para a Educação Infantil que está órfã e não tem condições, hoje, de estar nomeando nenhum professor. Queremosvê-los frente a frente. Amigável, negociando, e não enrolando o tempo em negociações, mas sim, chegando a algo que seja bom para todos. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a palavra a Sra. Joelia do Sedin.

A SRA. JOELIA – Bom dia a todos. Além de toda pauta, sobre o PL 310, que os companheiros colocaram aqui, falo sobre o assistente de direção. Os Centros de Educação Infantil, sempre tiveram um tratamento diferenciado com relação ao plano de carreira. Foi uma luta para chegar até aqui. E hoje, com assistente de direção que está sendo encaminhado, regulamentado e que graças a Deus, no ano 2013, todos os diretores poderão ter um assistente de direção por trabalhar, funcionar 12 horas, um diretor só, legalmente pode estar oito horas, quatro dessas 12 horas ele tem de delegar para um funcionário, ou uma ATER, ou um coordenador, que não é da função do cargo desses funcionários assumir a direção que fica todos os dias quatro em desvio de função, e não recebe por fazer. Existe essa distorção, por isso graças a Deus, neste momento, já está indo para os CEIs, no ano de 2013 uma assistente de direção para cada diretor. Esses assistentes que irão para os CEIs serão indicação dos diretores e já cogita na rede, desde o mandato passado, que esses assistentes deverão ser professores das EMEFEs. Quero colocar aqui hoje que esses assistentes que serão escolhidos pelos seus diretores, de confiança como ele de toda rede, seja os professores a educação infantil. Sou professora da Educação Infantil há 25 anos na rede. Quem está lá conhece a

especificidade da criança pequena. A problemática dos Centros de Educação infantil e não é verdade, digo isso hoje, que falta professor na rede e que esse professor para o assistente de direção do CEI, não pode ser do CEI porque falta professor na educação infantil. Falta professor em toda rede. Não é apenas na Educação infantil. Deixo registrado, para todos, que a demanda do Sedin é o Assistente de Direção do próprio Centro de Educação Infantil. Professor do Centro de Educação Infantil, não cursa nenhuma universidade, não tem formação diferente de nenhum outro professor da rede, apenas pelo conhecimento da especificidade do Centro de Educação Infantil. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a palavra a Sra. Claudete Alves.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Bom dia a todos. A provação cabe aqui. Estamos falando entre educadores e entre o factível desejável, aqui não tenho autorização de defender governo, muito pelo contrário, deixo registrado minha posição, em relação aos aposentados, porque os aposentados de hoje, será o futuro de todos nós da ativa, amanhã, então a paridade é sagrada e fundamental. Não vim aqui falar para os senhores, vim aqui para fazer perguntas para os dois secretários. Nesse sentido minha colocação. Há algumas incógnitas, para mim está difícil compreender. Foi negociado? Sim, foi negócio. O substitutivo foi votado no dia 12/12. Não entendo, queria entender – os senhores depois entenderão minha colocação – se ele foi votado com apoio de todos os vereadores da Casa, em várias ocasiões e nos bastidores tenho ouvido, inclusive com o apoio da Bancada do PT, com anuênciā do Governo, porque todos que já fomos vereadores sabemos que toda lei para ser aprovada tem de ter a negociação com o governo, não adianta os Vereadores votarem aqui, se não tem acordo com o Governo é vetado. E os meus colegas aqui sabem muito bem disso. E aqui não estou para encher linguiça. Se tiver essa anuênciā, todo esse envolvimento que acredito, porque o Sr. Kassab, não sancionou o projeto. Teve tempo hábil. Essa é a primeira questão que faço. E a segunda, que é uma reflexão importante, porque não quero sair, fingindo de conta que fiz uma intervenção daquilo que acredito. Sabemos que pode acontecer duas coisas relacionadas a

esse veto que deu origem ao reenvio ao projeto 0048. Ou a Câmara derruba o veto e ai é aprovado tudo ou vamos ter de reiniciar uma discussão em base 0048, e começar tudo de novo. Ouvi aqui falar: olha, retira esse projeto ou estamos abertos a negociação. Pergunto, até para que possamos sair daqui com coisas factíveis, Eu poderia falar: queremos a derrubada do veto e ser aplaudidíssima. Não! Quero sair daqui com algo factível. É possível, posto todas as dificuldades, posto todas as coisas que permearão a esse PL 310, é possível reiniciarmos uma negociação com quem paga e com quem aprova, para que de fato o conjunto dos trabalhadores não sejam enganados como foram. Aproveitando a oportunidade para dizer que é inadmissível nesse processo não resolvemos para ontem, a questão dos agentes de apoio que estão ganhando, reitero aqui, reiterei quatro anos e fizemos todos os esforços que estão ganhando abaixo do salário mínimo e dizer que não contrária. Agora, eu conheço os bastidores e os bastidores tem uma máxima. O que for negociado aqui na Câmara Municipal de São Paulo tem de ter anuência do governo, senão todos nós seremos enrolados. Não estou disposta a ser enrolada como acredito que o conjunto dos trabalhadores, se é para valer, vamos fazer para valer. Deixo essas duas questões para os Secretários.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a palavra o Sr. Donizete Fernandes.

O SR. DONIZETE FERNANDES – Bom dia a todos. Para debatermos, visto que é a casa democrática do povo de São Paulo, é preciso retomar algumas questões como o orçamento. Não é fato que estamos no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal. Até porque, esta Casa, no Governo Jânio Quadros, aprovou uma legislação de até 40% das receitas correntes líquidas com o pagamento na folha. Portanto a Lei de Responsabilidade Fiscal, deveria ser colocada a parte porque ela permite até 54% com o pagamento do Executivo, 6% com o Legislativo. Portanto vamos colocar as questões no seu devido lugar. Não é correto que o Fundeb e nem o Fundef, anterior, financiasse a educação municipal, as verbas com manutenção desenvolvimento do ensino. Não é correto colocarmos o bode do orçamento na sala, para dizer que não temos recurso para manutenção do desenvolvimento do ensino.

Companheiro Cesar Callegari é histórico na defesa das verbas para manutenção do desenvolvimento do ensino. Não é possível falar em valorização do magistério se tirarmos de fora a isonomia entre ativos e aposentados. Lembro a todos que nenhum sindicalista, nem um movimento social, nenhum partido de esquerda nesse País concordou com as reformas de Fernando Henrique Cardoso e de Lula, ao colocar a idade mínima. Então vamos tirar algumas questões do debate. Qual é o debate? Para fazermos a valorização do Magistério é necessário, nós melhorarmos a carreira que temos na educação Municipal criada a época de Mário Covas depois de aperfeiçoados no Governo Luiza Erundina, aliás, a época gastamos 30% com manutenção e desenvolvimento do ensino. Com relação os vetos. Brasília está dando o exemplo. Essa Casa tem autonomia para derrubar os vetos. Mas é uma questão política. Mas nós sindicalistas não vamos abrir mão de dizer que a Casa precisa derrubar todos os vetos. com relação a ampliar para 28 anos a tabela. Criar uma outra tabela para a evolução funcional do Magistério. Ora, as mulheres deste País, na função de magistério, especificado pela Organização Mundial de Saúde, devem trabalhar menos. E não devemos cair no engodo das questões da valorização das questões de trabalho. Sr. Secretário, ao meu ver, e ao governo, é uma tarefa que urgente, redução do número de alunos por sala de aula, estaríamos em uma situação revolucionária na Cidade de São Paulo. Não precisaríamos estar discutindo condições de trabalho se esta Administração pudesse “tatear” nesse caminho. Então precisamos discutir melhor a questão do Orçamento. E uma última questão: o mesmo partido que governa reduziu os impostos que diretamente influí naquilo que chega aos nossos salários. Então é preciso que a gente discuta com mais seriedade. É preciso retomar a discussão dos impostos do Orçamento da cidade de São Paulo, e não como os companheiros estão colocando: dentro da sala um bode que não existe.

Muito obrigado.

A SRA. LAURA – Olá. Bom dia a todos. Eu sou a Laura, faço parte da rede municipal e faço parte do Sinpeem. Eu queria destacar dois dos vetos e falar um pouquinho

sobre o nosso processo, e sobre em que momento da história desse processo todo nos encontramos aqui.

O primeiro é a questão do voto à alteração na denominação de agente escolar para ATE.

Na verdade, o que essa parte do projeto queria corrigir é uma injustiça que já acontece há muitos anos: pessoas que estão num cargo, recebem por ele e executam outra função, há muito tempo. Então não é admissível que a Administração vete uma ação que quer justamente corrigir uma situação que existe nas escolas e que a gente tem que enfrentar. Então eu queria falar sobre voto, até porque poucas pessoas falaram sobre ele, e eu acho que é muito importante reparar essa situação e corrigir isso.

O segundo voto foi bastante falado, e eu, como professora da educação básica, quero que colocar aqui: a questão dos 28 anos para as mulheres.

Não dá para a gente colocar uma situação episódica e transformar isso em política previdenciária para a categoria. Não dá para a gente usar o exemplo de que tem pessoas que esperam chegar. E muito bem foi falado aqui sobre o abono de permanência que essas pessoas recebem e induzir uma política pública dessa forma. Isso não está previsto na legislação previdenciária e isso é inaceitável, se considerarmos quem é a maioria da população dos profissionais da educação básica, que são as mulheres. Então eu acho que tinha que colocar essa discussão no devido lugar, e não dá para institucionalizarmos por esse processo que as mulheres vão ter um tempo de serviço de 28 anos. Eu acho que isso é fundamental, é central, e a gente tem que enfrentar.

Por fim, para finalizar, o secretário colocou na mesa a questão da história das pessoas que fazem parte do Governo, das entidades que estão aqui, de todos nós que estamos aqui. Agora, a história não começa quando se inicia um novo governo. Todos que estão aqui participaram de muitas mobilizações no ano passado, que redundaram no PL 310. Muitas negociações aconteceram, muitos diálogos aconteceram. O PL 48 foi retirado, foi

rejeitado, e o que finalizou desse processo é o PL 310. Então também não dá para a gente colocar um aceno de diálogo e de processo se a gente joga na lata do lixo a negociação que as categorias fizeram, porque nós estávamos aqui na rua reivindicando os nossos direitos. E também joga no lixo a própria história da Câmara Municipal, que passou por todas as comissões, tramitou por todos os espaços. Então é um desrespeito conosco, que fizemos que a greve, e um desrespeito com vocês mesmo, Vereadores desta Casa, que tiveram todo esse processo jogado no lixo. Então eu acho que a história vem desse processo para respeitar a nossa história. Temos que derrubar esses vetos. Não tem diálogo reapresentando, requerendo o projeto que foi rejeitado por todos nós aqui. Isso não é diálogo e isso também não respeita o processo do qual a gente participou.

O SR. GABRIEL FRANÇA – Bom dia a todos. Eu gostaria de saudar os meus colegas profissionais da educação, os componentes da Mesa, bem como os Vereadores aqui presentes no plenário.

Eu sou professor da Escola Municipal de Educação Infantil Noemia Ippolito, e gostaria de falar sobre dois pontos específicos.

O primeiro diz respeito aos 28 anos para que a mulher possa chegar ao topo de carreira.

Na Escola Noemia Ippolito nós conversamos bastante sobre o assunto, e chegamos a uma conclusão bem clara: para se garantir um direito, há necessidade de se abrir mão de outro direito, e isso é inadmissível. Não podemos colocar um direito em função do outro. E é isso que nos movimenta e nos traz a esta Casa para conversar sobre isso.

O segundo ponto diz respeito aos vetos ao PL 310.

O Secretário Cesar Callegari disse que esta é uma casa de debates, e falou também da negociação que houve durante o processo de transição. E a Secretária Leda Paulani falou que o governo assumiu com o compromisso de respeitar os acordos feitos. E aí eu me questiono: o diálogo é feito apenas dentro desta Casa, é feito apenas no processo de

transição, ou o diálogo tem que ser feito com a categoria, com aqueles que vão ser afetados diretamente por um projeto de lei implementado e estão sancionando? E me refiro ao que aconteceu ano passado: uma greve considerada legal, legítima, muito bem organizada e articulada pelos militantes que a construíram, e que tomaram as ruas, o que resultou num projeto de lei. A apresentação de um projeto novo, ignorando os vetos que estão aí para serem apreciados, coloca essa discussão à margem. E eu entendo que não há a necessidade de ter tanta celeridade para a provação do PL 48, sendo que há necessidade de se apreciar os vetos ao PL 310. É sobre isso que eu quero falar.

Soube que ontem entrou em pauta, mas que não foi votado, o PL 48 nesta Casa. Eu sou um professor, eu não entendo da dinâmica da Câmara dos Vereadores, eu não entendo da burocracia, mas tenho certeza de que os senhores, Vereadores, entendem. E tenho certeza que os senhores têm condições de destacar o veto ao PL 310, colocar em pauta e apreciar esses vetos do conjunto de vetos que compõem a Câmara. Sem isso, eu não vejo como dar sequência a uma votação de um projeto de lei cuja matéria anteriormente foi vetada. Então eu gostaria de solicitar, pedir, reivindicar aos Vereadores presentes que pensem em colocar em apreciação os vetos ao PL 310 antes de dar início às votações do PL 48.

Era isso. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. FLOREAL MARIM – Bom dia, nobre Vereador Reis, Presidente desta Comissão, na pessoa de quem cumprimento todos os Srs. Vereadores presentes. Queria cumprimentar a Secretária Leda Paulani, o Sr. Secretário Cesar Callegari, bem como todos os sindicalistas e todos os educadores, bravos lutadores, que vieram para a luta pela qualidade da educação que o Sr. Secretário citou em sua fala.

Falou-se muito sobre a questão do respeito, de se respeitar aquilo que é negociado. E nós entendemos que a negociação não se dá apenas no Executivo, nós entendemos que existem três poderes nesta sociedade, e um deles é o Legislativo, o qual tem autonomia. E essa autonomia tem de ser respeitada. Aquilo que foi negociado nesta Casa diz respeito às

negociações que ocorreram. Aquilo que foi votado não deveria ter sido votado, e deveria ter sido respeitado. Muitos dos que votaram ainda estão nesta Casa como Vereadores reeleitos, outros estão chegando agora, e eu quero falar a todos vocês: o respeito a esta Casa se faz necessário, para garantir a qualidade de educação que queremos. Usa-se a discussão do Orçamento. E eu perguntaria: os nobres Vereadores que estavam aqui na legislatura passada sabiam ou não sabiam dos problemas? Se sabiam, deveriam ter votado diferentemente; se não sabia, perderam a oportunidade. Mas eu creio que eles sabiam muito bem o que estavam fazendo, e, portanto, votando o Orçamento, é o Orçamento que cabe à cidade, é o Orçamento que tem condições de garantir aquilo que foi negociado nesta Casa com autonomia: negociar a melhoria do projeto que veio para cá, porque algumas distorções “ainda cabiam”, e essas distorções precisavam ser colocadas.

Quero tratar de duas distorções.

A primeira delas é entender que os vetos, como disse a Sra. Secretária, que não queria que fosse feita a comunicação para os sindicatos através do Diário Oficial. Pois bem. Foram chamados os sindicatos, que ouviram que seria vetado, e não houve mais nenhuma discussão em relação a isso. Mas pior que isso: Sra. Secretária, como mulher, eu diria que a categoria, e principalmente as educadoras desta Cidade, ficarão sabendo no dia 8 de março de 2013, no dia internacional de luta das mulheres, que elas teriam que ficar 28 anos para poder conseguir essas duas referências. E eu perguntaria: isso é um presente para o dia das mulheres ou isso é uma caixa de pandora?

Portanto, assim como as questão das duas referências e a idade, eu queria dizer sobre o direito dos aposentados: abrir a questão da porta. Não garantir a isonomia significa abrir um precedente muito perigoso. E com todo o respeito, Sr. Secretário, os seus cabelos brancos me dizem, assim como os meus, que a qualquer momento nós estaremos aposentados. (Palmas) Mexer na aposentadoria significa que nós seremos atingidos. (Palmas) Os agentes escolares, os agentes de apoio e os ATEs também merecem o mesmo respeito

que os educadores aqui estão exigindo.

Lá em cima, no plenário, tem uma faixa da EMEI do CEU Pera Marmelo. A Sra. Joquebelde (?) da Silva Santos, mãe de um aluno com dificuldades e que precisa de inclusão, está dizendo claramente que existe problema de acessibilidade e de falta de recursos humanos naquela unidade, e eu gostaria que o Sr. Secretário visse isso com bons olhos.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. LOURDES QUADROS – Bom dia a todos. Eu sou a Lourdes; membro da diretoria do Sinpeem e diretora de escola, em exercício, na zona Sul.

Não dá para não falar sobre a questão dos vetos ao PL 310, que tem sido um grande ataque a um direito que pensávamos que seria garantido a nós, trabalhadores da educação. E foi com muita tristeza e estranhamento que recebemos este voto do Prefeito, que, na nossa, opinião tem que ser rediscutido e tem que ser derrubado aqui, nesta Casa, porque foi a Câmara que aprovou o PL. Inclusive, a bancada de apoio do atual governo esteve presente nesse debate, esteve presente dialogando com os trabalhadores em educação no ano passado, que fizeram uma grande greve em defesa dessa conquista que nós conseguimos garantir. E eles fizeram vários pronunciamentos, vários Vereadores da atual base aliada, dizendo que seriam favoráveis, e votaram favoravelmente. E me desculpem se não foi votado no final do ano. Algum problema deve ter ocorrido aqui. Talvez alguém tenha se retirado do plenário, para esvaziar o plenário, né, e não vá fazer a leitura final do PL para ir para a sanção do Kassab. Mas, me desculpem também, Kassab não é referência para mim. Uma boa parte dos trabalhadores da educação apoiaram a atual Administração, apoiaram Haddad. E vou lhes dizer: boa parte dos trabalhadores em educação que apoiaram o Haddad tiveram muita esperança e ainda tem, e acredita que ainda é possível ter uma mudança na educação. Mas elas também disseram: “Nós vamos à luta, porque, apesar de votar e apoiar o Haddad, esses trabalhadores vão, sim, exigir. E, se precisar ir à luta, os trabalhadores irão”.

No dia 8 de março, nós, mulheres, recebemos homenagem pelo Diário Oficial.

Recebemos também alguns eventos realizados pela atual Administração – as diretorias de ensino – em homenagem às mulheres. E a grande decepção: duas referências, sendo que a última, para as mulheres, aos 28 anos. Tenho 24 anos de serviço público na educação, tenho 50 anos de idade, e eu, junto com muitas mulheres aqui, seremos as grandes prejudicadas, porque esta Administração, no Município, está reeditando uma nova reforma da previdência para nós, mulheres. Bela homenagem que está sendo feita para nós, mulheres, bela homenagem que está sendo feito aos aposentados, que estão sendo excluídos desse processo. (Palmas) Queremos que o PL 310 seja rediscutido e que o veto seja derrubado, para que possa ser encaminhado e ser implementado. O PL 48 não reflete a necessidade da categoria. Nem deveria ser lido aqui na Câmara.

Obrigada. (Palmas)

O SR. DIMITRI SILVEIRA – Bom dia. Meu nome é Dimitri; sou professor de Geografia da rede municipal.

Haddad, entre os professores, já pegou o apelido de “Prefeito Pinóquio”. A gente já sabe que esse apelido tem fundamento.

Todo mundo aqui durante a campanha eleitoral sabe que o Haddad disse claramente que iria cumprir os acordos que foram feitos com os profissionais de educação. No entanto, a primeira coisa que o Prefeito fez foi vetar o PL 310 quase totalmente.

A segunda grande mentira contada pelo Prefeito é de que não há condições orçamentárias para atender o PL 310. Eu não sei se todo mundo aqui sabe, mas o Município de São Paulo gasta, todo ano, quatro bilhões de reais para pagar juros de uma dívida com a União, que é uma dívida que, quanto mais se paga, mais se cresce. É uma dívida impagável. Portanto, o argumento de que não há condições orçamentárias não se sustenta. Trata-se de uma opção política: o Prefeito prefere pagar juros ou investir nos serviços sociais, como educação, saúde, assistência social, etc? É inconcebível que o PT, que controla dois dos maiores orçamentos do país, o orçamento federal e o orçamento do Município de São Paulo,

alegue que não tenha condições orçamentárias para atender uma demanda legítima.

A outra grande mentira foi que o PL 310 era inconstitucional. Ora, o PL 310 passou pela Comissão de Constituição e Justiça e não foi alegado nenhum problema de inconstitucionalidade.

Por fim, a última grande mentira é esse PL 48, que nos trouxe aqui hoje.

É bom lembrar ao Secretário de Educação, à Secretaria de Finanças e aos Vereadores que ano passado nós fizemos uma greve com milhares de pessoas na rua, e não foi pelo PL 48, que vocês estão querendo nos enfiar goela abaixo. Nós não aceitamos esse PL 48, porque se trata de uma grande enganação. O nosso PL, aquele que conquistamos ano passado, com luta, é o PL 310. Nós não estamos dispostos a trocar o PL 310 por essa enganação que é o PL 48, que, como muita gente já disse aqui, é discriminatório com as mulheres, com os aposentados, e por aí vai.

Então o recado que eu tenho para deixar é o seguinte: se hoje nós viemos às centenas para discutir essa enganação, se não for derrubado o veto ao PL 310, nós voltaremos aqui aos milhares para exigir os nossos direitos, na lei ou na marra. (Palmas)

O SR. JOEFESEN ALMEIDA – Bom dia. Meu nome é Joefferson; sou professor de História da rede municipal de ensino. Queria começar cumprimentando os meus colegas de luta, professores e demais profissionais do ensino municipal de São Paulo, aqui presente em defesa dos seus direitos; e também gostaria de cumprimentar os componentes da Mesa e os demais Srs. Vereadores.

Os que aqui me antecederam já falaram bastante e bem pormenorizado sobre os diversos problemas que envolve os PLs 310 e o 48. Vou tentar não me alongar ao não repetir o que já foi dito: que é uma afronta às mulheres, é um desrespeito aos aposentados, é uma afronta ao quadro de apoio, é uma afronta aos ATEs. Não quero voltar e pormenorizadamente discutir cada uma dessas questões, mas comentar um pouco as falas do Secretário Cesar Callegaria e da Dra. Leda Paulani.

Os dois falaram bastante em compromissos – com a valorização profissional, com a educação pública, enfim, compromisso com os profissionais da educação. E eu me coloco a seguinte questão: que compromisso é esse que desvaloriza aposentados, mulheres, quadro de apoio, auxiliares técnicos da educação? Que espécie de compromisso com a nossa valorização profissional veta aumentos conquistados depois de uma greve duríssima negociados após um ano inteiro de debates? Que espécie de compromisso é esse? Que espécie de compromisso é esse que traz para a mesa de discussão, como o Cesar Callegari fez, o IDEB, que é um índice rejeitado pela categoria? Que espécie de compromisso e respeito existe com a nossa valorização profissional o governo do PT traz para a gente? Eles falaram muito em compromisso, porém eu não consigo encontrar em nenhuma das falas nenhuma espécie de compromisso de fato com a educação pública de qualidade ou com a nossa categoria. Então eu coloco a seguinte questão para os dois: o compromisso é com quem, então? Quando vocês falam em compromisso, é compromisso com quem? Eu gostaria de receber essa resposta. (Palmas) Onde está esse compromisso? (Palmas) Eu não vou responder por eles, mas eu sei com quem é o compromisso. Porém, pergunto aos Vereadores desta Casa, tão bem falada, qual o compromisso de vocês. É o compromisso com eles ou o compromisso conosco, com os trabalhadores e profissionais da educação? (Palmas) Com quem é o compromisso de vocês?

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (REIS) - Ouvida a sociedade civil, nós vamos ouvir os Vereadores da Comissão de Educação e os demais Srs. Vereadores inscritos.

Tem a palavra o primeiro inscrito, o nobre Vereador Floriano Pesaro, Vice-Presidente da Comissão de Educação, Esporte e Cultura.

O SR. FLORIANO PESARO – Queria cumprimentar as professoras, os professores, as educadoras e os educadores presentes, os agentes de apoio, bem cumprimentar o Secretário Callegari, a Dra. Leda, e os presidentes e membros dos sindicatos

aqui presentes, e o nosso ex-colega, o Prof. Claudio Fonseca.

Acompanhamos de perto a negociação desse projeto, que inclusive foi aprovado nesta Casa com a participação do Líder do Governo à época, e, portanto, com o consentimento do Governo. Muito já foi falado. Cito, especialmente, a fala da Profa. Laura e do Gabriel, que na minha opinião resumem algo importantíssimo: o respeito à história, o respeito ao acúmulo do debate, e em relação àquilo que de fato é acordado entre o Executivo, o Legislativo, com a participação dos interessados – no caso, o setor de educação de São Paulo –, que foi aprovado e depois vetado pelo Executivo.

O Executivo tem que respeitar a história dos debates que se acumulam, independentemente de o Governo ser A, B, C, D ou E. A alegação de que há um problema relativo à questão fiscal não procede, e nós já sabemos disso, porque as despesas pessoais no Orçamento estão na ordem de 40%. Portanto, não é um problema de responsabilidade fiscal, não é um problema orçamentário. Aliás, o projeto foi aprovado antes da aprovação do Orçamento de 2013. Quando se aprovou o Orçamento, nós já sabíamos daquilo que constava no PL 310. Portanto, a nossa questão aqui é, de fato, restabelecer aquilo que a Câmara, os sindicatos e a categoria, e o governo, o Poder Executivo acordaram naquele momento, votaram, e, portanto, deveria ser sancionado.

Na semana passada, o Secretário de Finanças esteve aqui para discutir outro projeto do Executivo, e, naquele momento, dizendo que parte das receitas do IPVA do Estado de São Paulo, que são transferidas para o Município, seria usado para pagar um outro projeto o Prefeito, o que nós chamamos de Bolsa Hilux, que é o projeto que reembolsa aqueles que têm carro na sua inspeção veicular. E eu perguntei: “Mas esse recurso que vem para o Município, do IPVA, não é fonte do Tesouro Municipal?” O Secretário me respondeu: “Sim, é fonte do Tesouro Municipal”. E sendo fonte do Tesouro Municipal, uma parcela dele não deveria ir para a educação – 30%, 31% e 15% ou 17% para a saúde? E ele me respondeu: “Sim, mas nós não temos problemas de recursos na área de educação”. Está gravado e foi dito

aqui em audiência do Secretário. (Palmas)

Por isso, faço um apelo ao Secretário Callegari e deixo uma pergunta: para que retire o projeto 48/2013; permita que esta Casa reestude a possibilidade do voto. O projeto estava pautado ontem. Por um acordo com o Líder do Governo, nós conseguimos adiá-lo. Está pautado hoje novamente. Faço um apelo ao Líder Tatto para que possamos adiar a votação, para que o Governo possa retirar o projeto. Assim nós estudamos a questão da derrubada do voto ou mesmo a reapresentação de um novo projeto, nos moldes daquilo que já havia sido discutido, mas, desta vez, respeitando os acordos que foram feitos na legislatura passada.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (REIS) – Anuncio a presença do Vereador Alessandro Guedes.

Tem a palavra o Sr. Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Queria saudar todos os presentes.

Vou responder duas colocações feitas aos Vereadores.

Eu sou professor da rede, sou professor municipal, e a gente sabe o que é trabalhar em duas, três redes, para poder sustentar a nossa família. E as condições de trabalho que a gente tem: as salas superlotadas, e, às vezes, sem a formação continuada que deveríamos ter. Então o pessoal aqui na Casa vai trabalhar para a derrubada dos vetos feitos pelo Prefeito Haddad. (Palmas)

Por conta do que foi colocado, quero falar claramente: o pessoal aqui na Câmara Municipal tem lado – até porque nós não fomos financiados por empreiteiras, por nada do tipo. Então a gente tem toda a liberdade de estar discutindo as coisas aqui na Câmara se ter rabo preso com ninguém.

Há algo que eu gostaria de colocar fortemente para o Governo, para os Secretários: Haddad foi eleito sob o signo do novo, e do novo com ampla participação popular e gestão democrática. Nesse sentido, eu, que sou um Vereador novo aqui, e outros tantos, a gente está

vendo uma pressa do Governo em querer votar esse PL 48, que não foi debatido suficientemente com a sociedade – começamos o debate, propriamente dito, aqui hoje. Então a gente gostaria que o Governo orientasse os Vereadores da sua base para não querer aprovar essa lei rapidamente, para que a gente possa fazer os debates necessários.

Sobre essa questão dos 24 anos para 28 anos, para as mulheres e para os homens, para ganhar as duas referências: o fato de os trabalhadores e trabalhadoras terem direito às últimas referências, só com 28 anos. E também as professoras se aposentarem com 25 anos, se essa lei foi aprovada, nós não estamos institucionalizando a discriminação contra a mulher? Essa é uma pergunta que quero fazer aos secretários.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Toninho Vespoli.

Tem a palavra o Vereador Jean Madeira.

O SR. JEAN MADEIRA – Boa tarde a todos os professores, Sr. Secretário, Srs. Vereadores, durante toda minha infância, adolescência e juventude acompanhei minha professora sempre com um sorriso estampado no rosto, tendo todo carinho para poder me educar. Ela sempre foi muito paciente, muito carinhosa no seu falar, mesmo quando eu chegava alterado, seja como criança, adolescente ou um jovem problemático como fui.

Hoje, aos 36 anos de idade estou aqui ocupando o lugar que vocês me colocaram, o povo de São Paulo, e fico triste ao ver profissionais da Educação chegarem a esta tribuna com um nó na garganta, tendo que lutar pelos seus direitos, tendo que reivindicar por aquilo que têm por direito. É triste. Eu, um jovem que sempre vi um professor sorrindo, vendo muitos aqui com lágrimas nos olhos.

Isso me deixa preocupado, Sr. Presidente e Sr. Secretário, com os futuros jovens, que serão os futuros professores, que talvez não sejam incentivados, não estão tendo estímulo para seguir essa carreira. É por isso que esta Casa tem mesmo de reunir profissionais como os senhores, autoridades, para que possa ser sempre discutido o que for bem comum da sociedade e de todos os profissionais.

Gostaria de ressaltar também o meu muito obrigado, porque se hoje estou aqui é porque foram os senhores professores que colocaram tanto a mim como cada uma dessas pessoas que hoje são autoridades dentro desta Casa e dentro deste país, porque se existe uma categoria que tem de ser muito respeitada é a dos professores, porque sem Educação não chegamos a lugar nenhum, absolutamente nenhum. Se hoje temos jovens se enveredando no mundo das drogas, da marginalidade, são os senhores que tem atendido esses jovens, que tem de ter paciência e tem tido. Quantos aqui já atenderam jovens usuários de crack na escola e fazendo até o papel de pai e de mãe?

Não vou me estender, mas gostaria que o Sr. Secretário pudesse responder a pergunta da Sra. Claudete, porque até agora cada um fez suas perguntas, seus questionamentos, mas preciso também ouvir a resposta do Sr. Secretário em relação à pergunta da Sra. Claudete.

Muito obrigado. Que Deus abençoe a todos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Jean Madeira. Anuncio a presença dos Vereadores Dalton Silvano e Andrea Matarazzo.

Tem a palavra o Vereador Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA (PC do B) – Bom dia a todos, Educadoras, Educadores que participam desta audiência pública, Vereadores, Secretários, considero que uma audiência pública convocada pela nossa Comissão, Presidente Reis, já cumpriu o seu objetivo.

O objetivo que tínhamos ao convocar esta reunião, quando debatemos na última reunião da Comissão de Educação, era ouvir a voz dos educadores e educadoras da cidade de São Paulo sobre um projeto de lei que esta Casa examina. Está clara para nós a insatisfação, a crítica, as observações que foram feitas aqui, muitas delas pertinentes, por parte dos educadores da cidade de São Paulo.

Creio que devemos abrir diálogo com o Governo Municipal para que possamos encontrar um caminho que signifique respeitar e garantir direitos aos profissionais de Educação

da cidade de São Paulo. Imagino que não parem dúvidas na cabeça dos educadores desta Cidade, que acompanharam o trabalho do então Ministro da Educação Fernando Haddad quanto ao seu compromisso com a Educação e com os profissionais da Educação, porque gostaria muito de ver, Vereador Floriano, essa sua disposição expressa no Governo tucano do PSDB, no Estado de São Paulo, porque o mesmo interesse que V.Exa. manifestou aqui, infelizmente, não assistimos no Governo do Estado de São Paulo. Aqui estamos debatendo um determinado projeto de interesse dos educadores da Cidade e lamento que V.Exa., de maneira jocosa, irônica e equivocada, veio introduzir um outro debate sobre inspeção veicular que não é o tema de exame neste momento. Aliás, de Hilux imagino que V.Exa. entenda, porque provavelmente, dessa Mesa quem deve ter Hilux é o senhor.

- Manifestação na plateia.

O SR. FLORIANO PESARO – Inclusive, não tenho Hilux.

O SR. ORLANDO SILVA – Não cedi aparte.

O SR. FLORIANO PESARO – Não é aparte, V.Exa. está me desrespeitando. V.Exa. tem de respeitar aqueles que estão aqui na audiência pública. E jocoso é o comentário que fez agora. Vamos respeitar o debate que houve nesta Casa.

O SR. ORLANDO SILVA – Não cedi aparte.

O SR. FLORIANO PESARO – Não pedi aparte. O senhor me desrespeitou. O senhor tem de me respeitar e respeitar as pessoas que estão aqui.

O SR. ORLANDO SILVA – Sr. Presidente, tenho o direito de me expressar.

O SR. FLORIANO PESARO – E o dinheiro vai sair do Tesouro, que é uma fonte única. Então não é para vir aqui me desrespeitar e desrespeitar aqueles que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Por gentileza, continue nobre Vereador.

O SR. ORLANDO SILVA – Quero dizer, Vereador Floriano, que se trata de uma inverdade.

Quero chamar atenção dos senhores, acompanhei a audiência, a manifestação de

todos os presentes e quero ter o direito de me expressar, porque é muito grave a mentira que foi dita aqui, de que haverá redução de investimentos em Educação em função das mudanças no projeto de inspeção veicular. Não vou entrar em detalhes porque exigiria muito tempo, mas o fato é que as mudanças propostas pelo Prefeito Haddad significam ampliar a arrecadação da cidade de São Paulo em um bilhão de reais, o que vai ter na prática como repercussão ampliar os recursos para Educação e Saúde que são receitas vinculadas.

Convido todos a participar de uma reunião, de uma audiência pública, para que possamos, Vereador Floriano, debater a temática da inspeção veicular e para que não possamos tergiversar sobre o assunto.

E quero comunicar que minha conclusão, depois de assistir esta sessão, é que devemos avaliar com o Governo. A mesa de negociação que foi anunciada pela Secretaria deve começar o seu trabalho negociando com Educação o conteúdo desse projeto. Na minha visão pode-se retirar o projeto para que seja examinado com a categoria, com as lideranças e avaliado o conteúdo desse projeto, para que possamos ter, ao final, o respeito aos profissionais da Educação, que são a alma da Educação de qualidade na cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Vereador Orlando Silva.

Tem a palavra o nobre Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, Srs. Vereadores da Comissão, Educadores, entidades sindicais, estou muito tranquilo para debater esse projeto. Segundo, que diferentemente de alguns que vieram aqui e disseram que o projeto ia ser enfiado garganta abaixo, aqui não vai ser, porque as pessoas que estão no Governo e aqui também, tem tradição de história de luta, portanto, ao abrir a audiência pública hoje já é um primeiro passo para discutir o projeto. E certamente haverá mais audiências públicas para continuar a discussão.

Portanto, minha tradição não permite que eu vote coisa que vá prejudicar os

trabalhadores. Essa é a minha tradição. E não só minha, mas de muitos companheiros da bancada e desta Casa, não vamos votar algo que vá prejudicar os trabalhadores, por isso acho que os professores e educadores podem ficar tranquilos. O projeto vai ser debatido e o Governo, em momento algum, chegou e disse que estava encerrada a discussão. O projeto veio para a Casa, é trâmite colocar em pauta e em discussão. Passa pelas comissões, há audiências públicas e depois desse debate é que vamos votar o projeto.

Portanto, não encerramos o debate hoje. Aqui está começando o debate, na linha do que falou muito bem o Vereador Orlando Silva. Nós todos vamos conversar com o Governo.

O SR. TONINHO VESPOLI – Vereador Alfredinho, está pautado para ser votado hoje, inclusive, era para ter sido votado ontem.

O SR. ALFREDINHO – Nobre Vereador, como V.Exa é novo na Casa, eu já estou no meu segundo mandato: pautado não significa que será votado, está pautado. Nem tudo que é pautado se vota. Faz parte do trâmite colocar na pauta, mas não quer dizer que se vote. Com certeza, o Governo tem o bom senso de debater o projeto por reconhecer o trabalho que ele tem na educação e o conhecimento que ele tem da educação. Fui conversar com ele porque eu tinha algumas dúvidas. E são dúvidas até específicas de categoria que, às vezes, a lei não contempla. Por mais que se discuta um projeto, tenho certeza que não vai beneficiar 100%, mas precisamos discutir o que fazer com aqueles que não são beneficiados.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Esclareço que nós combinamos na semana passada e marcamos essa audiência pública então não estava para ser votado ontem. Estamos fazendo audiência pública e ela foi agendada na terça-feira passada de comum acordo com a Oposição.

Tem a palavra o Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO – Sr. Presidente, Srs. Secretários, Srs. Vereadores, entidades e educadores, acho que temos dois debates que deveriam ser pautados: o primeiro diz respeito a audiência pública de hoje, que é acerca do PL 48 e o outro, que foi trazido aqui

por todas as entidades é a discussão do projeto aprovado no ano passado e que teve vetos.

Por que estou falando isso?

Para poder ajudar no encaminhamento gostaria de separar as coisas até porque eu não estava nesta Casa no ano passado, quando, segundo o Vereador Floriano, houve um acordo, inclusive, com a presença do líder do Governo, para aprovar aquele projeto. A minha pergunta e dúvida é: será que, com o acordo feito, a discussão orçamentária estabeleceu recursos necessários para que se cumprisse aquilo que estava sendo aprovado?

Essa é uma pergunta que eu não estava aqui e deixaria ao Vereador Floriano porque dizer que o Secretário atual de Finanças disse que não haveria problemas com recursos para educação é verdade, portanto, não há problema com a aplicação dos 31%. O que não podemos misturar e acho que aí o Vereador Floriano na tentativa do argumento de que como fez acordo pode ser cumprido e não é possível retirar recursos para pagar a “Bolsa-Hillux” e tínhamos de separar o debate.

Estamos tratando primeiramente do PL 48, mas já que entramos na discussão dos vetos, quais foram os recursos alocados? Onde eles foram apontados no Orçamento? Eu não vi. Aliás, acho que as entidades sindicais deveriam começar a se preocupar com isso. Disse aqui a sempre Vereadora Claudete que o que foi acordado com os Vereadores foi acordado com o Executivo? O projeto foi aprovado no final de dezembro e daí o Governo que se sucede recebe um projeto aprovado, que não sei se tinha ou não recursos para a sua aplicação.

Segundo. O debate do PL 48 que se iniciou nesta audiência pública não está sendo encerrado e precisamos esclarecer quais são os pontos ou reivindicações necessárias. O que foi trazido no PL 48 é uma reivindicação das entidades sindicais?

-manifestações fora do microfone.

O SR. PAULO FIORILO – Respondido assim eu diria que não há necessidade de o PL 48 tramitar. Porque estou dizendo isso? Porque se o PL 48 trás dúvidas às entidades se tem ou não benefícios, então, podemos discutir a partir do PL 48 o que é possível avançar. Eu

ouvi aqui várias reivindicações. Ou seja, o que é possível avançar a partir daquilo que foi aprovado orçamentariamente. Quero deixar essa sugestão. Também gostaria de ouvir o Secretário Cesar, como a Secretária Leda, quanto ao encaminhamento que é possível porque daí, sim, podemos aproveitar essa audiência para avançar e não para fazer só uma marcação de passo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o nobre Vereador Laércio Benko.

O SR. LAÉRCIO BENKO – Bom dia a todos. Quero registrar minha posição como absolutamente respeitosa à categoria dos professores. Toda a minha formação foi em escola pública e aprendi a ver a luta do dia a dia dos professores, o seu trabalho árduo, sacrifício, e há muito o que se conquistar e se fazer.

Fico feliz também em ver a atual gestão, trazendo pessoas do naipe do Secretário Cesar Callegari, que é uma pessoa que tem um vínculo muito grande e positivo com a educação e o relacionamento com os professores.

Agora é o momento de baixarmos os ânimos e iniciarmos uma discussão mais profunda. Temos aqui o início de governo, um projeto do Governo passado, que foi aprovado na Câmara, mais como disse o meu antecessor na tribuna, foi aprovado no final de um mandato, que já era uma reeleição.

E temos um Prefeito que também tem uma história de respeito com a educação e que já demonstrou em outras situações alguns comportamentos inéditos em prol do diálogo. Como, por exemplo, talvez vocês não saibam, mas, no caso da inspeção veicular, pela primeira vez antes de o projeto ser apresentado nesta Casa o Prefeito chamou todos os líderes partidários previamente para a discussão.

Então, entendemos a questão das mulheres que pleiteiam a última referência aos 24 anos e uma série de ansiedades, mas acredito que tudo pode ser resolvido de forma paulatina, passo a passo, sem querer resolver todos os problemas de uma vez.

Tenho certeza de que a Casa vai discutir, estou vendo a posição do Fiorilo, dos meus vários colegas, e acho que tudo aqui vai ser discutido, por isso se chama Parlamento. Vamos ter discussões intensas hoje à tarde. Convoco a todos, tanto o Governo, como os professores para que não elevemos os ânimos, faremos as coisas de uma forma clara e, simplesmente, tendo por princípio que essa Legislatura e também o Executivo estão começando agora.

Vamos com calma e tenho certeza e tenho fé no atual Governo, de que as coisas vão ser feitas da melhor forma para a educação como um todo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Tem a palavra a Secretária Leda Paulani.

A SRA. LEDA PAULANI – Gostaria primeiramente de fazer uma correção, alguém me chamou de Secretária de Finanças, sou Secretária de Planejamento.

Quero responder algumas questões pontuais e algumas observações pontuais que foram feitas. A primeira é com relação ao impacto orçamentário. Isso está relacionado um pouco com a observação da ex-Vereadora Claudete. De fato a Câmara discutiu e aprovou, mas não se preocupou com os recursos. As expectativas de gastos com Folha, que temos, hoje, na Secretaria do Planejamento apontam que sem a inclusão de nada, nem das duas referências, com ou sem mulheres e aposentados, enfim, sem isso, já está dando uma diferença de cem milhões a menor do que foi orçado.

Portanto, o impacto desse PL, do jeito que foi aprovado, seria, neste ano, de 186 milhões e um fluxo anual de 244 milhões. Ora, sem sequer esse projeto estar aprovado ou incluído nas previsões, já temos uma expectativa de cem milhões a menos do que deveríamos ter de dotação orçamentária para cumprir os compromissos de Folha.

Por isso, a Câmara aprovou, mas não forneceu os recursos orçamentários necessários, isto é, não fez a previsão orçamentária adequada para que esses compromissos fossem cumpridos. Existe um problema objetivo, que alguém chamou de bode, na sala. Ele é verdadeiro, mas não é um bode, que podemos tirar porque se trata de uma estratégia. Aqui no

caso, não é isso.

Segundo, é com relação à Lei da Responsabilidade Fiscal. Falei dessa lei em geral, não do que se gasta com pessoal. Sabemos que a Prefeitura cumpre e tem cumprido essa regra de ficar abaixo dos 54% da receita corrente líquida e tal, o gasto com Folha. Não é a isso que me referi. Referi-me à impossibilidade de, na atual vigência da Lei da Responsabilidade Fiscal, realizarmos déficits orçamentários. Colocamos o Prefeito e o Executivo em risco se permitirmos que isso aconteça. À qual unidade ou órgão da Prefeitura cabe prevenir esse tipo de problema? À Secretaria do Planejamento, que é quem cuida do Orçamento geral da Prefeitura.

Por isso, fomos obrigados a contingenciar o Orçamento em geral – era a isso que estava me referindo quando falei da Lei da Responsabilidade Fiscal -, torcendo e fazendo todas as figas para que a arrecadação seja boa, que nos surpreenda para que possamos relaxar com relação a esse congelamento. Mas, fomos obrigados a fazer isso para não colocar o Prefeito em risco de desobediência à Lei da Responsabilidade Fiscal.

- Manifestação da plateia.

A SRA. LEDA PAULANI - Com relação aos juros da dívida pública, o não pagamento deles, não é possível, porque, imediatamente, o Governo Federal entra na nossa receita e retira, com juros e correção, aquilo que não pagamos. Então, não é uma decisão política pagar os juros. Não existe isso. Somos obrigados a pagar.

Por isso, uma das primeiras preocupações do Prefeito, já na transição, foi tomar todas as iniciativas junto ao Executivo e ao Legislativo Federal no sentido de se votar um projeto de lei no Congresso para mudar os indexadores da dívida e várias outras condições relacionadas ao pagamento da dívida para que possamos reduzir esses quatro bilhões, que nós – igualmente –, como vocês, achamos inadmissível e inaceitável. Mas isso vem de um contrato assinado com o Governo Federal há tempo pelo Governo Pitta, que nunca conseguimos renegociar. A renegociação não pode ser só com São Paulo. Tem de ser uma

renegociação geral que beneficie todos os Municípios e Estados, por isso, depende de uma lei no Congresso. Essas tratativas estão em andamento, estamos tão preocupados com isso quanto vocês.

Seríamos um Executivo muito estranho se gostássemos de pagar juros. Não, queremos o dinheiro para fazer investimento, poder valorizar os servidores e, particularmente, os professores. Infelizmente, a realidade é essa: temos de pagar quatro bilhões de juros todo mês e a alternativa é pagar quatro bilhões mais juros e correção em cima desse valor, se não pagarmos. Então, não temos saída.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LEDA PAULANI – É o que estamos fazendo. Estamos fazendo isso desde a transição. Isso depende de uma mudança de lei que tem de passar pelo Congresso Nacional. Isso está na pauta do Prefeito, desde que foi eleito.

Respondendo à pergunta da Claudete, que perguntou explicitamente: “É possível reiniciarmos uma negociação?” Claro que sim. Tudo é possível de se negociar. Estamos na construção do Sinp, Sistema de Negociação Permanente, porém queremos retomar de forma organizada e com a devida regulamentação. A Portaria que regulava o Sinp perdeu a sua validade em 2004 e, com o final da gestão da Sra. Marta Suplicy, nunca foi renovada, reapresentada ou republicada.

Então, o que funcionou de negociação – se é que funcionou -, nas duas gestões anteriores, funcionou ao desabrido de qualquer regulamentação. Não queremos que isso continue assim. Queremos retomar de forma organizada e regulamentada a Mesa de negociações, o Sistema de Negociação Permanente. Dependemos de uma resposta dos sindicatos. Já cobrei de algumas entidades que nos indiquem quais serão as entidades que sentarão à Mesa central. Dispondo dessa informação, vamos republicar a Portaria de Regulamentação e daremos reinício ao Sistema de Negociação Permanente, no final do mês, onde tudo pode ser discutido. Teremos a maior boa vontade de discutir e de fazer acordos com

os servidores e, em particular, os da Educação, dado o compromisso do Prefeito com essa área. Também vamos, a partir da reinauguração do Sinp, começar as Mesas Setoriais, onde as questões específicas da Educação poderão ser discutidas.

É isso, obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Secretária Leda Paulani. Com a palavra, o Secretário Cesar Callegari.

O SR. CESAR CALLEGARI – Agradeço sinceramente as contribuições dadas e a oportunidade que nos abre a Comissão de Educação. Particularmente, quero estabelecer a disposição e o compromisso de estar aqui, tantas quantas forem as vezes para discutir todos os assuntos da Educação. Essa é a orientação do Prefeito Fernando Haddad, de todo Governo e a minha disposição, assim como de toda equipe.

Quero dizer aos colegas – muitos já nos conhecemos na luta, há muito tempo – que não é fácil ser Governo. Todos nós sabemos muito bem. Assim como não é fácil ser líder sindical. As funções de governança exigem decisões, coragem, mas, sobretudo, da nossa parte, exige franqueza e absoluta honestidade. Então, o tempo inteiro, vocês vão poder testemunhar franqueza, honestidade, clareza de princípios e por aí vai. Esse é o primeiro ponto.

Segundo, embora seja sociólogo de formação, não sou como tantos outros que quando vai para o Governo, pede para rasgar e esquecer o que escreveu e o que falou. Eu não vou mudar de cara, nem de posição e nem de lado. Portanto, essa é a nossa posição. A mesma coisa acontece com o Prefeito, que, durante sete anos, foi Ministro da Educação, uma obra monumental - vou lembrar alguns pontos - e que não vai se perder na sua história, nem ele, nem a Leda, nem eu e nem os companheiros que estão aqui. O tempo dirá a respeito das palavras que estou falando. Esse é outro ponto.

Há muitos anos estamos na luta pela valorização da Educação e dos educadores; e temos a absoluta consciência de alguns elementos colocados aqui. É importante reiterar isso. Não haverá Educação de qualidade no Brasil. Temos muito de avançar nessa direção. Tem de haver qualidade no exercício das funções profissionais dos educadores do magistério e demais colegas da Educação.

Isso não é retórica. São atos e serão referendados durante todo o tempo, por atitudes governamentais, mesmo com as dificuldades pelas quais enfrentamos. Não é brincadeira, não é fácil haver ação governativa, seja na liderança sindical, seja no Governo. No dia 31 de dezembro, quando deixei minhas funções no Ministério da Educação e, em 1º de janeiro, exercei o cargo de Secretário Nacional de Educação Básica. Assumi, honrosamente, a convite do Sr. Prefeito, a posição de Secretário Municipal de Educação. Logo nos deparamos com 142 pontos de crise na Secretaria. Quem administra a Educação sabe que, em todos os anos, há muitos problemas, só que eu não os conhecia e nem a equipe que ainda estamos formando. Não foram problemas pequenos, como falta de vagas. O Ministério Público e o Poder Judiciário estão atuando nessa direção, além da própria população. Falo também de escolas que não haviam sido inauguradas. Em algumas delas, há matrículas de crianças nessas escolas. Há falta de professores e problemas orçamentários gravíssimos. Sob o ponto de vista daquilo foi organizado, no orçamento, na peça original do orçamento, ainda no primeiro semestre do ano passado, com aquilo que temos hoje, efetivamente, com o *déficit* de cerca 700 milhões de reais no orçamento da Educação, precisam ser pagos programas, projetos e custeios, que foram desenhados ainda no primeiro semestre do ano passado.

Foi correta a decisão dos dirigentes do nosso País, por desonerarem, por algum tempo, em termos de impostos, segmentos da cadeia produtiva, para que o País possa retomar a sua produção, o seu emprego e seu desenvolvimento. É claro que não falo apenas de São Paulo, mas todos os municípios e Estados brasileiros, que estão experimentando, nesse instante, uma situação que chamamos de barrigada, sob o ponto de vista da arrecadação de

impostos. É isso mesmo, um pedaço da arrecadação pública, intencionalmente, foi colocado para produção, para empresas e trabalhadores, a fim de que, num momento seguinte, isso também se faça na força de impostos, no momento em que a produção retome as suas atividades. Ocorre que estamos vivendo hoje, nesse instante, entre os 142 pontos de crise, a crise de administrar recursos escassos. Digo isso, com clareza, porque sou um especialista nessa área. Muitos dos senhores presentes ajudaram-me a escrever os livros que escrevi, sobre financiamento da Educação.

Sei que estamos hoje numa situação de muitas restrições gravíssimas, inclusive renegociando contratos de todas as espécies, não só na Secretaria Municipal de Educação, mas em todo o Governo, no sentido de serem diminuídas despesas, para se salvaguardar o principal. Não foi lembrado, mas o principal compromisso assumido pelo Sr. Prefeito Fernando Haddad, enquanto candidato, era várias conquistas, mas a conquista extraordinária, inédita e única no Brasil é da Educação na Cidade de São Paulo. Falo aqui dos reajustes parcelados. Pelo que sei, não há outra categoria como a dos educadores, em São Paulo, que tem reajustes parcelados, indicando 10,19% para esse ano. Essa é uma conquista importante.

Por conta da luta, do compromisso dos educadores de São Paulo e de todos os avanços conseguidos, durante esses últimos anos, os reajustes acumulados para a área do quadro de pessoal de Educação representam 137%, reajuste necessário, porque não se faz educação sem condições de trabalho e salário para educadores.

Umas das primeiras atitudes que tomei, ao assumir a Secretaria Municipal de Educação, foi visitar sindicatos. Nem consegui visitar a sede de todos. Penitencio-me por isso. Por exemplo, não tive oportunidade de ir à sede do Sindsesp, para conversar com os seus dirigentes; mas estive no em relação ao Sinpeem, com o Sr. Cláudio; com o Sinesp, com o Sr. João e com todos os companheiros, como também os companheiros da Aprofem e do Sedin. Estive em todos esses lugares, não para negociar, mas para dizer, com clareza que, em nome do Sr. Prefeito, a nossa relação com os trabalhadores da Educação e seus representantes

sempre será alta, clara e honesta, sem demagogia, compartilhando dificuldades e procurando avanços. Vamos fazer isso.

Vou falar agora especificamente ao 48 e 310, que sofreu vetos e foi alvo de sanção. Nós, na oportunidade de início de Governo, tivemos informações de que se tratava de algo que havia sido negociado no primeiro semestre passado; e que várias emendas foram apresentadas. Recebemos essa informação em janeiro. Várias emendas foram apresentadas na finalização do ano legislativo, no ano passado, e na finalização do próprio Governo municipal no ano passado. Não posso dizer que hoje, nesse instante, estou totalmente surpreso, porque, nesses poucos últimos dias, tive oportunidade de dialogar com alguns dirigentes sindicais, que nos chamaram atenção sobre problemas, em relação aos voto, inclusive a questão sobre as duas referências e os 28 anos da carreira dos professores e das professoras especialmente.

Digo isso, com toda clareza, porque nem eu e nem o Governo vão mudar de opinião. Lutamos muito para valorizar a Educação a partir dos educadores, e consideramos sagrada a conquista da aposentadoria especial para os educadores brasileiros. Essa é uma das formas para atrairmos para a Educação jovens brasileiros que, muitas vezes, afastam-se do magistério. Portanto, respeitar a aposentadoria especial representa não uma conquista de categorias profissionais, mas sim uma conquista da Educação brasileira; e nós não vamos nos desviar desse caminho. Vejam que, nesse caso, especificamente, há uma intenção verdadeira. Isso acaba sendo traduzido como a intenção que não era a nossa. Nunca foi a nossa intenção, do Sr. Prefeito e de todos nós, tentarmos criar um expediente para provocarmos a permanência indesejada de professoras e professores mais tempo no magistério. Nunca aconteceu isso. Digo, com clareza, que não tínhamos de intenção de criar uma espécie de pressão, para que pessoas aposentassem-se mais tarde, até porque isso não tem muito cabimento, como já foi, sobejamente, demonstrado aqui; seria uma insanidade. Por quê? Porque o Governo, por lei, paga abono de permanência e quinquênios.

Foi-nos informado que há uma quantidade - hoje sei até os quantitativos - grande de professoras, principalmente, que, por não perfazerem, não atingirem a idade mínima de aposentadoria, ficavam, durante muitos anos, sem qualquer tipo de estímulo na sua própria carreira. Foi por esse motivo que muitas professoras, na nossa rede, permaneciam em atividade, por não terem atingido os 50 anos de idade. Acharam razoável a proposta original de quase um ano atrás de colocarem duas referências na carreira, uma aos 25 anos e outra aos 28 anos. A primeira diz respeito, inclusive, ao momento da aposentadoria da mulher professora e educadora, no Magistério.

Então, pareceu-nos, num primeiro momento, que havia lógica aí, guardando os interregnos temporais que toda a carreira do magistério construiu. Não fui eu quem construiu, foi a luta que construiu. Portanto, foi estabelecido, no processo desse interregno, a velocidade da progressão da carreira, exatamente guardando relação ao que acontece desde o começo, para não se criar um movimento de muito maior velocidade, exatamente na finalização da carreira.

Há outro argumento que nos foi trazido nesse diálogo inicial, há dois meses que estamos aqui, com 142 pontos de crise, os quais tivemos e ainda temos de administrar, com intenção declarada, reafirmo, de fazer e restaurar, dentro do PL 310, algo que entendíamos pudesse ser imediatamente restaurado. Entendemos isso como uma medida positiva a ser realizada. Até estranhamos, depois no diálogo, todas essas manifestações de restrição em relação à colocação do PL 48 na Câmara Municipal.

Conversei ontem com o Sr. Prefeito Fernando Haddad. Não temos nenhum tipo de problema, de acordo com o processo de diálogo, a fim de voltarmos a reexaminar assuntos. Eventualmente, se for esse o entendimento do Governo e da Liderança do Governo, na Câmara Municipal, podemos retirar o projeto. Já há um calendário que vai começar agora. Não há problema algum essas coisas acontecerem.

Segundo ponto, em relação à questão de aposentadorias, os senhores conhecem a

minha posição, a nossa posição, que não vai mudar. Entendemos que a carreira dos educadores tem de ser valorizada, no momento da sua formação inicial, quando o educador entra no banco escolar da formação profissional do educador, seja no ensino médio, seja numa faculdade, seja na universidade, até a sua aposentadoria. Da mesma maneira que a aposentadoria especial, todo esse trajeto, inclusive da aposentadoria, deve ser valorizado. É assim que o Brasil haverá de construir mais e mais condições, para atrair os melhores entre os melhores no campo da Educação.

Então, não se tratou aqui, em momento algum, de um processo discriminatório em relação a aposentados, de forma alguma. E nem vamos fazer isso, discriminar. Vejam que isso já se tratava no projeto original. Aliás, depois o substitutivo foi aprovado com a mesma letra que foi apresentada, no 310, no começo do ano passado. Tratava-se, portanto, de um acesso às duas referências, por tempo e títulos, exatamente da mesma maneira.

Quem está aqui falando “não” precisa ser o documento. Ele está exatamente da mesma maneira. Então, os Vereadores da Câmara Municipal aprovaram a essência do PL 310, na forma do substitutivo, estabelecendo que, na progressão dessa carreira, a obtenção das duas referências era absolutamente indispensável; e que o título, portanto, a sua formação, os investimentos que as pessoas fazem, por si próprios ou participando de programas apoiados pelo próprio Governo, estariam ali presentes. Vejam que os legisladores não alteraram, em absolutamente nada, essa regra. Como poderíamos entender que esse título valeria também para aqueles que já alcançaram a sua aposentadoria? Oras, não há possibilidade de progressão na carreira, por título, para quem já se aposentou. Isso é óbvio. Dou esse elemento, em testemunho, de como nos pautamos, porque tudo o que entendíamos - e a lógica do projeto dizia claramente - tratava-se de algo a fim de estimular aqueles que tinham de ficar mais tempo em serviço, por conta de uma legislação nacional, mas jamais para prejudicar aposentados, que já têm as suas condições já organizadas na carreira e também por conta da lei de 2010, que garante esses reajustes escalonados, com os quais o Sr. Prefeito Fernando

Haddad comprometeu-se e vai cumprir. Não há dúvidas em relação a isso.

A Sra. Claudete chama-nos atenção sobre alguns aspectos, em relação a propostas mais do que justas. Falo, por exemplo, da proposta de transformação do agente de apoio em agente escolar. Outros colegas também nos chamam sobre isso. Ela ouviu falarmos que encontramos, nesse momento, uma dificuldade de natureza jurídica, que será vencida. Os técnicos da Secretaria Municipal do Planejamento estão trabalhando diretamente nesse processo. É uma questão de Justiça, e a dificuldade jurídica ocasional haverá de ser, com ajuda dos Vereadores presentes, superada, porque se trata de fazer justiça a homens e mulheres que trabalham em funções iguais na escola e que acabam recebendo remunerações diferentes.

Há outros avanços importantes que não foram aqui comentados, mas sancionados no PL 310 original, como a criação, por exemplo, dos assistentes de diretor de escola na Educação Infantil. Claro que vamos tratar de trazer os profissionais de Educação Infantil, por serem os mais especializados exatamente nessa fase educacional. A Sra. Leda Paulani, que é Secretária Municipal do Planejamento e também professora, tem um compromisso de vida inteiro com a Educação. Não quisemos misturar as coisas, porque todos nós sabemos da necessidade da criação de novos cargos, sobretudo na Educação Infantil. Faltam professores, inclusive porque faltam cargos. Isso está sendo trabalhado, com a responsabilidade que o Governo tem de ter quando age em relação ao orçamento e ao conjunto dos processos.

Peço perdão por não comentarem cada uma das manifestações dos colegas, Srs. Vereadores. Digo isso porque já fui parlamentar, numa época distante, na minha vida. Os Srs. Vereadores presentes e todos os companheiros que aqui falaram teremos condições de entrar no diálogo. Recebi ainda hoje um convite para estar na Comissão de Educação, em breve, para discutir programas e projetos educacionais, com o maior prazer, a qualquer tempo. Peço, mais uma vez, desculpas nesses dias iniciais. Há até agendas solicitadas por alguns Srs. Vereadores. Acabamos não as realizando, por encontrarmos dificuldades. Tenho procurado, na

nossa jornada de quinze horas de trabalho diário, dar vazão a todos esses diálogos, absolutamente indispensáveis.

Termino falando do nosso compromisso, colocando as verdadeiras intenções da nossa atitude, colocando o PL 48, na tentativa de restaurarmos aquilo que entendíamos ser positivo dentro do que foi negociado no passado. Sob o meu ponto de vista pessoal, como Secretário Municipal de Educação, e, depois, numa melhor avaliação do Governo, veremos que não há nenhum problema a retirada do projeto, para fazermos uma avaliação mais criteriosa. Olhando, com atenção, o site do Sinpeem, o qual visitei nesses dias, vi que, na reunião realizada, sábado, há a aprovação de um conjunto de itens que não os conheço ainda, já voltados para negociação em torno da data-base.

Temos um amplo processo de discussão e vamos realizar isso, sem nenhum problema. Certamente, vai acontecer, mais do que uma vez, a retirada de certas posições, para serem melhoradas. O Parlamento é feito exatamente para isso. O Poder Executivo, às vezes, com as melhores intenções, apresenta as suas propostas; e cabe exatamente à Casa mais democrática, a Casa Legislativa, fazer os seus aperfeiçoamentos.

Então, diante das decisões aqui, vamos perfeitamente continuar o debate, aprimorando, com o compromisso solene de nos dedicarmos à educação de qualidade como direito de todas as crianças, jovens e adultos na Cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu que agradeço. Estava prevista, na pauta, a realização de audiência pública para o PL 163/12, do Vereador David Soares, que dispõe sobre a criação do Programa Agente Comunitário de Educação, e fixa outras providências. Vamos remarcar outra audiência para esse PL, tendo em vista o horário avançado.

Agradeço a presença de todos os presentes, inclusive os membros da Comissão de Educação, Secretários e Vereadores. Convido todos para participarem da próxima reunião da comissão, a ser realizada às 14 horas, na Sala Tiradentes, para darmos continuidade aos

nossos trabalhos.

Em nada mais havendo a ser tratado, estão encerrados os nossos trabalhos.